



Contabilidade • Assessoramento
• Perícias • Informações • Pesquisas

REVISTA
Fenacon
EM SERVIÇOS

Ano XII - Ed. 119 - Jan/Fev 2007

A economia brasileira em Serviços

**Pesquisa do Ipea revela que o setor de Serviços
cresce mais que a indústria e o comércio**

Novo Congresso

**Parlamentares,
sejam bem-vindos!
O Brasil depende
do seu trabalho**

Entrevista O senador
Adelmir Santana, presidente
do Conselho Deliberativo
Nacional do Sebrae, promete
defender as pequenas empresas
e as reformas estruturais



**Instalar Domínio Contábil Plus é rápido e fácil.
Ideal para quem tem um dia-a-dia acelerado.**

Domínio Contábil Plus é fácil e rápido de instalar porque todo o processo de implantação é feito pela equipe da Domínio Sistemas. Com ele, você passa a realizar suas atividades com mais agilidade e ganha mais tempo para atender novos clientes. Acesse www.dominiosistemas.com.br e saiba mais.

Informações Comerciais: 0800 645 4004



domínio
SISTEMAS

A sua melhor escolha

Diretoria da Fenacon
(Gestão 2004/2007)

Presidente
Carlos José de Lima Castro

Vice-Presidente Institucional
Valdir Pietrobon

Vice-Presidente Região Sudeste
Sauro Henrique de Almeida

Vice-Presidente Região Sul
Renato Francisco Toigo

Vice-Presidente Região Nordeste
José Geraldo Lins de Queiros

Vice-Presidente Região Centro-Oeste
Laércio José Jacomélli

Vice-Presidente Região Norte
Carlos Alberto do Rego Correa

Diretor-Administrativo
Antonio Gutenberg Moraes de Anchietta

Diretor-Financeiro
Roberto Wuthstrack

Diretor de Eventos
Carlos Roberto Victorino

Diretor de Tecnologia e Negócios
Nivaldo Cleto

Diretora de Assuntos
Legislativos e do Trabalho
Aparecida Terezinha Falcão

Diretor de Relações Institucionais
Urubatam Augusto Ribeiro

Diretor Adjunto de Comunicação
Paulo Bento

Suplentes
Osias Chasin
Bruno Ricardo de Souza Lopes
Reinaldo Aparecido Domingos
Fernando César Passos Lopo
Antônio Ferreira Neves
Ronaldo Geraldo de Castro
Luiz Valdir Slompo de Lara
Antônio Luiz Amorim Araújo
João Aramayo da Silva
Wladimir Alves Torres
Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior
Anastácio Costa Mota

Conselho-Fiscal
Efetivos
Sérgio Approbato Machado
Haroldo Santos Filho
Vilson Wegener

Suplentes
Maciel Breno Schiffler
Valmir Madázio
Almir Dias de Souza

Representação na CNC
Efetivos
Carlos José de Lima Castro
Pedro Coelho Neto

Suplentes
Irineu Thomé
Valdir Pietrobon

Em defesa da verdade

A Fenacon louva a realização de eventos para debater, avaliar e trazer esclarecimentos sobre a Lei Complementar nº 123, de 2006, que instituiu a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Como pudemos ler pelo *release* de 30 de janeiro de 2007, o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná está empenhado nessa tarefa.

Pedimos, entretanto, permissão para discordar do tom negativo, equivocado e até mesmo grosseiro com que o Sr. Gilberto Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), referiu-se a essa lei.

A Fenacon, na condição de entidade líder do segmento das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, esteve firmemente empenhada na aprovação do projeto de lei que resultou no Supersimples. Tanto a Fenacon quanto o deputado Luiz Carlos Hauly, relator do projeto, desconhecem se o IBPT tomou alguma iniciativa para ver aprovada a lei, ou mesmo para aperfeiçoá-la. Por isso, entendemos que essas críticas, além de injustas, não são firmadas por entidade comprometida com o avanço das relações entre empresas e estado.

Ainda que seja desnecessário historiar todo o empenho que a Fenacon, o Sebrae e outras instituições demonstraram para a aprovação, julgamos necessário esclarecer aos empresários do Paraná e a todos os que tomaram conhecimento das críticas que:

- se não fosse a atuação dedicada das entidades e da sociedade, a Lei do Supersimples poderia permanecer ainda por alguns anos no Congresso;
- se não fosse o empenho da Fenacon e de outras entidades militantes em defesa da micro e pequena empresa, os resultados teriam sido muito piores;
- se não fosse a atuação decidida da Fenacon, as empresas contábeis e de outros segmentos do setor de serviços não teriam sido incluídos no Supersimples;
- se não fosse a dedicação dos deputados Luiz Carlos Hauly (relator), Carlos Melles (presidente da comissão especial) e José Pimentel (interlocutor com o Executivo), além de dezenas de outros parlamentares da base de apoio à nossa causa, não teríamos tido a aprovação dessa importante medida.

Dizer que as entidades foram ludibriadas é, no mínimo, ofensivo às lideranças que estiveram reunidas com os presidentes da Câmara e do Senado, para pedir rapidez na aprovação do projeto.

Afirmar que seja um “monstrengão”, além de revelar má-fé, demonstra a falta de apreço pela instituição democrática do parlamento, na qual forças antagônicas atuam e que, para ver um bem maior prosperar, é preciso saber recuar ou ceder.

A Fenacon julga que o benefício maior para as micros e pequenas empresas foi a aprovação do Supersimples. E continuará a lutar para que haja outras medidas de aperfeiçoamento – inclusive a derrubada dos vetos que recaíram sobre o projeto.

Sabemos que a prevalência da vontade de um segmento dificilmente é possível, a não ser em regimes ditatoriais. No caso da Lei do Supersimples, a Fenacon contribuiu com cada artigo ou parágrafo que julgava necessário constar da norma; do mesmo modo, empenhou-se muito e apresentou emendas, pareceres e relatórios para evitar que medidas prejudiciais constassem do texto final. Mas prevaleceu, em cada votação, o livre arbítrio dos parlamentares.

Dada a importância desse assunto, decidimos fazer do texto em resposta ao *release* do dia 30 de janeiro passado, divulgado pelo CRC-PR, nosso editorial desta edição.

Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon
presidente@fenacon.org.br





Setor de Serviços

Entre 1999 e 2003, o setor de Serviços cresceu 83% e gerou mais empregos do que a indústria e o comércio

22



Entrevista

Adelmir Santana

Difícilmente haverá crescimento econômico próximo de 5% em 2007, se não forem aprovadas as reformas tributária, trabalhista e da Previdência

12

Plano de Aceleração do Crescimento

Investimentos públicos, contenção de despesas, redução de impostos e melhoria da gestão pública formam a base do PAC

18

ESPECIAL

Em 2006, foram arrecadados R\$392,542 bilhões em impostos, um aumento de 4,48% em relação a 2005

08

Receita Federal divulga regras para a declaração do Imposto de Renda em 2007

11

GESTÃO

A gestão profissional proporciona o crescimento das empresas familiares e evita que os conflitos familiares interfiram nos negócios

28

OPINIÃO

Ieda A. Patrício Novais

Investimentos sociais e sustentabilidade

06

ARTIGO

Marcos Mendes

Controlar o gasto público é ser contra os pobres?

16

Albírio Gonçalves

O planejamento como balizador das ações

21

LEGISLAÇÃO

Fenacon se reúne com Fórum em Defesa do Empreendedor para analisar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

31

SEÇÕES

Cartas

05

Fenacon

32

Regionais

34

Livros

40

Revista

Prezados senhores,

Recebi, com satisfação, a Revista Fenacon em Serviços, edição 118, de novembro/dezembro de 2006. Sou fã da revista há muitos anos, pois apresenta artigos e informações úteis ao aprimoramento das atividades das empresas contábeis e de serviços. Parabéns pelo novo projeto gráfico da revista, moderno, belíssimo e com ótimos textos e imagens.

Não posso deixar de registrar, também, a excelência dos assuntos políticos, econômicos e tributários selecionados no Press Clipping Diário, informando-nos, nas primeiras horas da manhã, sobre as principais matérias de nosso interesse profissional e empresarial.

Aproveito a oportunidade para dar os parabéns à direção da Fenacon pelo empenho e conquistas em benefício das empresas que representa.

João Aleixo Pereira

Aleixo & Associados Contabilidade e Assessoria Ltda.

Revista II

Senhor presidente,

Acusamos o recebimento do exemplar 118, ano XI, da conceituada publicação da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, cujo teor foi merecedor de nossa especial atenção. Na oportunidade, relembramos que permanecemos ao inteiro dispor dessa Federação, bem como de nossos companheiros contadores, aqui no Congresso Nacional e em nosso escritório em São Paulo.

Aceite nosso forte e fraterno abraço,

Arnaldo Faria de Sá

Deputado Federal - São Paulo

Revista III

Senhor presidente,

Com satisfação, acusamos o recebimento de um exemplar da Revista Fenacon em Serviços, edição 118, de novembro/dezembro de 2007. Agradecendo a gentileza da remessa, renovamos a V. Sa. os nossos protestos de especial apreço e estima.

Cordialmente,

José Arteiro da Silva

Presidente - Fecomércio - MA

Direito de resposta

Caro presidente,

Parabéns pelo texto, em resposta ao release do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, lúcido, firme e oportuno. Sempre aparecem pessoas e entidades para reclamar de qualquer coisa. No entanto, a Fenacon é um exemplo de entidade que trabalha para transformar aspirações em realidade. Seu protesto (se é que posso chamar assim) pontua a importância das ações de nosso sistema. Mais uma vez parabéns!

Guilherme Tostes

Presidente do Sescon-RJ

Lei Geral

Senhor presidente,

A contribuição da Fenacon na elaboração do projeto e nas negociações que resultaram na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa foi muito produtiva. O Sebrae espera contar de novo com a participação atuante e inteligente da entidade na nova frente de batalha que se abre, que é a regulamentação de dispositivos importantes da Lei Geral.

Paulo Okamotto

Diretor-presidente do Sebrae

Investimentos sociais e sustentabilidade

Iêda A. Patrício Novais

Estudos apontam que 70% das empresas brasileiras nunca publicaram algum tipo de informação sobre seus investimentos sociais corporativos e que a maioria não possui políticas especiais na área de responsabilidade social e ambiental. Mas essa política corporativa vem mudando com o passar do tempo. Em 1993, a Campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, liderada por Betinho, foi o marco da aproximação dos empresários com as questões sociais, inicialmente associadas à idéia de “fazer o bem” em um modelo filantrópico e assistencialista, sem o uso de muitos controles.

Cada vez mais, as empresas demonstram seus investimentos na publicação anual do balanço socioambiental, além de divulgarem informações sobre ações dirigidas a empregados, investidores, projetos, benefícios, análises de mercado, acionistas e à comunidade. Esse balanço é também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. O balanço socioambiental demonstra a transparência das atividades da corporação voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas liga-



O balanço socioambiental é um instrumento estratégico para o exercício da responsabilidade social

das direta ou indiretamente à empresa, as *stakeholders*.

Em 1995, a Lei nº 9.608 regulamentou a prática do voluntariado e a Lei nº 9.790 qualificou as organizações da sociedade civil. Assim, várias entidades surgiram para apoiar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável e incentivar a adoção de práticas de gestão e suas respectivas medições e controles.

Desde então, a abordagem social vem se ajustando para estar coerente com a natureza das organizações e ter interação com a sociedade como parte da estratégia das empresas.

A Responsabilidade Social Corporativa hoje apresenta duas vertentes: a da Nova Filantropia, fundamentada em doações e gerenciamento de recursos e ações já desenvolvidas, e a da Responsa-

bilidade Social Empresarial, atrelada a um novo jeito de fazer negócios, com cuidado sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais, ética e transparência, o que permite o controle por parte da sociedade e estabelece diálogo com as diferentes partes interessadas (*stakeholders*). Quando os planos da organização de investir socialmente são definidos, é importante retomar o conceito de desenvol-

vimento sustentável, buscado pelas organizações a caminho da Excelência em Gestão, uma vez que Responsabilidade Social faz parte do tripé da sustentabilidade (*triple bottom line*), que prevê práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

Entre diversas ferramentas, dois sistemas de informações são fundamentais: o contábil-legal e o contábil-gerencial. O primeiro acentua a credibilidade, a ética, a transparência, a concordância com as regras e com o espírito das regras (*compliance*), a prestação de contas à sociedade (*accountability*), e é crucial para a decisão de aplicar recursos e para a motivação dos voluntários. O segundo, o sistema de informação contábil-gerencial, é voltado para a eficácia da aplicação dos recursos, a consecução dos objetivos, a con-

tribuição de cada atividade e o projeto para o resultado.

Os indicadores originários dos dois sistemas quantificam e qualificam as informações de maneira que a relevância delas fique evidente e transparente, e sua comunicação ajuda a levar a organização a se assumir como organização cidadã. Uma decisão dessa ordem pode passar a ser uma vantagem competitiva no mercado e trazer ganhos à imagem corporativa. Com o advento da globalização, ficou mais fácil identificar a necessidade da responsabilidade social como forma de sustentabilidade. As empresas que fazem parte do mundo internacional dos negócios dão preferência ao relacionamento com corporações socialmente responsáveis. Quem estiver fora dessa realidade não tem garantias de uma vida perene. ■

Iêda A. Patrício Novais é diretora corporativa da Trevisan e presidente da diretoria-executiva da Fundação Nacional da Qualidade

Empregados: 400.000 FOTS para 10º colmo 2003: 291.871 FOTS Fins Fólio

Sócio: 2.200 FOTS sobre 10º colmo 2003: 2.000

Acionista: 100.000

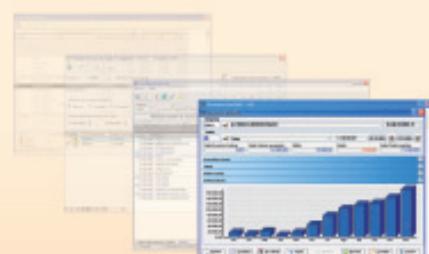
SOLUÇÃO CONTÁBIL INTEGRADA ALTERDATA



Milhares de empresas
optaram por aumentar
sua lucratividade com
a Solução Contábil
Alterdata em 2006.

Conheça nossa solução.

Faça o mesmo em 2007.



ALTERDATA
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

800-704-1418
www.alterdata.com.br

Verifique as condições de compra pelo Cartão BNDES

Principais Representações em: AL - Maceió • AM - Manaus • BA - Feira de Santana; Salvador; Vitória da Conquista • GE - Petróleia • DE - Brotas • ES - Cachoeiro de Itapemirim; Linhares; Vitória • GO - Goiânia • MA - São Luís • MG - Belo Horizonte; Juiz de Fora; Montes Claros; Uberlândia • MS - Campo Grande • MT - Cuiabá • PA - Belém; Castanhal • PB - João Pessoa • PE - Petrolina; Recife • PR - Curitiba; Londrina • RJ - Angra dos Reis; Araruama; Campos; Duque de Caxias; Itaperuna; Macaé; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Petrópolis; Rio de Janeiro; São Gonçalo; Teresópolis; Volta Redonda • RN - Natal • RS - Lajeado; Passo Fundo; Porto Alegre • SC - Florianópolis • SE - Aracaju • SP - Rio Branco-Preto; São Paulo; Sorocaba.



Receita bate mais um recorde de arrecadação

Em 2006, os brasileiros pagaram R\$ 392,542 bilhões em impostos, um aumento de 4,48% em relação a 2005. Mesmo com as medidas de desoneração adotadas no ano passado, a arrecadação foi recorde

Por Marilda Bezerra

Apesar das medidas de desoneração tributária e do crescimento da economia abaixo do esperado, o governo conseguiu, no ano passado, mais um recorde na arrecadação de impostos e contribuições federais: R\$ 392,542 bilhões. Houve um crescimento real acima da inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,48%, em comparação com 2005. A verdade é que o cidadão brasileiro nunca pagou tantos impostos e contribuições como em 2006. O aumento ultrapassa o crescimento estimado do Produto Interno Bruto (PIB) em 2006, previsto para 3%.

Ao anunciar o resultado da arrecadação, o secretário adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro, atribuiu o sucesso de arrecadação à eficiência do Fisco e ao comportamento da economia como

fatores de crescimento da arrecadação no período.

“Não obstante o conjunto de mudanças na legislação, que reduziu impostos em diversos setores, ainda assim atingimos um nível de arrecadação satisfatório”, disse o secretário.

Na avaliação do tributarista Leonardo de Paola, da Rivera & De Paola Advogados Associados, vários fatores têm contribuído para o sucessivo aumento da arrecadação. O aprimoramento dos mecanismos arrecadatórios, especialmente com os recursos da informática, é apenas um deles. “Podemos dizer que o computador é o grande fiscal da Receita Federal. Com ele, as informações prestadas pelos contribuintes são cruzadas entre si e com os dados obtidos do sistema financeiro, via arrecadação da CPMF, faz uma verdadeira varredura.”

O aumento da arrecadação, segundo Paola, também decorre das crescentes exigências pelos órgãos compradores de bens e serviços, de certidões negativas, que forçam os contribuintes em atraso a equacionar as pendências. Há também as técnicas de retenção na fonte a cargo do pagador e de responsabilidade solidária que tornam os contribuintes fiscais uns dos outros. Já quanto a ganhos extras, oriundos do Refis III, por exemplo, Paola avalia que não



Leonardo de Paola
defende a aprovação de
uma reforma estrutural
que atinja todo o sistema
tributário brasileiro

são responsáveis pelo recorde, pois o impacto desses valores não é relevante no total da arrecadação.

Segundo Paola, "o Brasil está no pior dos dois mundos: alta carga tributária e serviços públicos deficientes". Em países como a Finlândia, a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, a carga tributária abocanha um percentual do PIB maior ainda que no Brasil, mas não chega a prejudicar sua competitividade internacional, porque os recursos são revertidos para a sociedade em serviços públicos e investimentos em educação, pesquisa e ciência. Já os Estados Unidos possuem uma carga tributária relativamente baixa, mas oferecem poucos serviços públicos e fazem reduzidos gastos de ordem social; deixam maior espaço para a iniciativa privada.

No Brasil, os recursos arrecadados com a alta carga tributária não são investidos em infra-estrutura indispensável ao crescimento da economia, como estradas e portos, nem na melhoria do ensino fundamental e médio; e também não se transformam em serviços públicos de boa qualidade. "Considerando o comprometimento do governo com gastos correntes e as metas de geração de superávit primário, o espaço para gastos com a área social continua

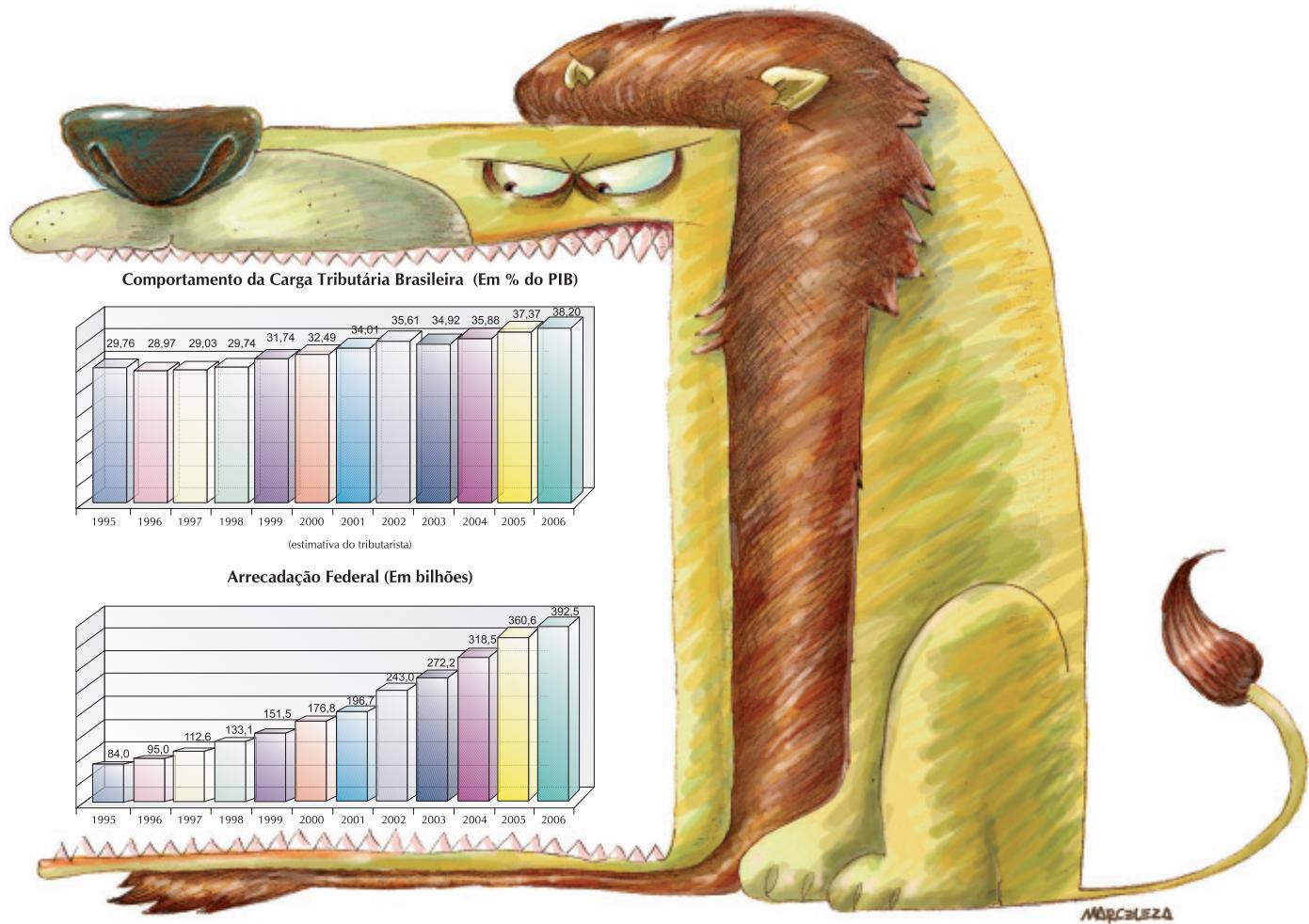
Os recursos arrecadados com a alta carga tributária não são investidos na infra-estrutura indispensável ao crescimento

muito reduzido. O brasileiro continua pagando a conta da ineficácia administrativa", diz Paola.

Além da falta de investimentos públicos, o brasileiro ainda é obrigado a conviver com o excesso de obrigações acessórias, e isso atribui ao contribuinte um número sem fim de formulários, relatórios, livros fiscais, guias para preencher, além de tornar o Brasil o campeão mundial em horas dedicadas ao atendimento de exigências fiscais. "São essas as razões de o Brasil não conseguir crescer em patamares mais elevados", diz o tributarista.

Desoneração

Nos cálculos da Receita, a renúncia fiscal, em 2006, foi de R\$8,970 bilhões, proporcionada principalmente pelos estímulos à economia pela Medida Provisória do Bem e pela correção da tabela do



Simplificar e reduzir a carga tributária brasileira torna-se imperativo para a retomada do crescimento econômico

Imposto de Renda da Pessoa Física em 8%.

Na avaliação de Paola, as medidas de desoneração, adotadas pelo governo federal em 2006, tiveram efeitos apenas setoriais (informática, exportação de determinados bens e serviços) e muito limitados. "A imensa maioria dos contribuintes, tanto pessoas físicas como jurídicas, não recebeu benefício." Em relação às medidas de desoneração tributária inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Paola as avalia como "pífias".

reduza não só a carga de tributos, mas também o número deles, que soma mais de setenta. Esse é um tema antigo na pauta de discussão do Congresso Nacional sobre o qual não há consenso para aprovação. A saída para o impasse da reforma tributária é a pressão da sociedade civil por meio de suas entidades representativas. "É fundamental para aprovação de uma reforma estrutural de todo o sistema tributário que entidades como a Fenacon continuem a pressionar os dirigentes políticos", diz Paola.

Especialistas afirmam que simplificar e reduzir a carga tributária brasileira, hoje em 39% do PIB, torna-se imperativo para a retomada do crescimento econômico. Além da alta carga tributária, o empresário brasileiro ainda tem que enfrentar as obrigações acessórias, em um total de mais de 70. E estas, na opinião do presidente da Fenacon, Carlos Castro, também contribuem para emperrar o crescimento econômico.

Mudanças na legislação e efeitos na arrecadação de 2006

Desoneração no governo Lula (Em R\$ milhões)

MP do Bem	5.320
Correção da tabela de IRPF em 8%	2.210
Redução do IPI para bens de capital	290
Redução do IOF para seguros de vida	90
Redução do IPI sobre material de construção	1.060
Total das desonerações	8.970

Medidas para aumento de receita

Parcelamento especial (Refis 3)	2.363
Nova tributação de planos da previdência	88
Total das medidas de aumento de receitas	2.451
Resultado líquido	6.519

Reforma Tributária

A discussão em torno da necessidade de fazer uma reforma tributária ampla e profunda vem se arrastando no Congresso Nacional há anos, e não há consenso para aprovação. Para o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, é difícil a aprovação de uma reforma tributária ampla e abrangente. "Qualquer reforma tributária enfrenta um grande embaraço político, quando bate na repartição dos recursos. Cada um dos entes federativos quer aumentar a sua parte no bolo tributário", diz.

Paola defende a aprovação de uma reforma estrutural de todo o sistema tributário brasileiro, que

Embora o presidente Lula tenha dito que iria baixar a carga tributária, fez apenas desonerações localizadas, insuficientes para impedir que ela continuasse aumentando. Para Carlos Castro, a saída para aprovação da reforma tributária é conscientizar os líderes políticos de que os brasileiros não suportam mais pagar tanto imposto. "O maior impasse para a aprovação da reforma tributária está no ICMS, que, em outros países que o adotaram, é de competência federal, enquanto no Brasil ele pertence aos estados, o que gera toda a confusão da guerra fiscal", diz. ■

Receita divulga regras para IR em 2007

A partir deste ano, os contribuintes terão mais dois meses para quitar a dívida com o fisco, além de poder pagar o imposto por débito automático em conta-corrente

A Receita Federal divulgou, no dia 5 de fevereiro, as novidades e regras da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2007, ano-base 2006. As mudanças foram anunciadas pelo supervisor nacional do Imposto de Renda da Receita Federal, Joaquim Adir.

As regras para a declaração simplificada foram mantidas. Essa opção dá um desconto de 20% na renda bruta, limitado a R\$11.167,20, o que na prática diminuiu o valor do imposto. Nessa declaração não é possível fazer deduções.

As deduções permitidas são por dependentes (R\$1.516,32), gastos com educação (R\$2.373,84 para o titular e o mesmo valor para cada dependente), previdência privada (limitado a 12% dos rendimentos) e despesas médicas (não há limite para dedução com gastos em saúde).

- Dependentes: R\$1.516,32 por pessoa considerada dependente;
- Contribuição à Previdência Oficial ou à Previdência Privada e Fapi Privada e Fapi, limitada a 12% do total dos rendimentos tributáveis;
- Contribuição à Previdência Oficial do Empregado Doméstico, limitada a 522,00 + 12,00 ou 14,00 –, dependendo do mês de pagamento das férias;
- Despesas com Instrução: O limite anual individual da dedução é de R\$2.373,84;
- Despesas Médicas: Podem ser deduzidos os pagamentos a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, hospitais, e com exames laboratoriais e serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.

A entrega das declarações começa em 1º de março e vai até 30 de abril. A multa para quem entregar após o prazo alcança 1% ao mês do valor devido, e a multa mínima será de R\$ 165,74, e a máxima, de 20% do débito.

A declaração do Imposto de Renda teve seis alterações:

- O número de parcelas para o pagamento foi elevado de seis para oito. A primeira parcela não tem correção, mas as demais terão a taxa Selic mais 1% no mês do pagamento;
- Criou-se a opção de débito automático, em conta-corrente bancária, das quotas do imposto a pagar: O pagamento por débito vale-rá a partir da segunda cota. Será permitido apenas para os contribuintes que entregarem a declaração até o final de abril;
- Dependentes: há obrigatoriedade de preen-chimento do CPF para os dependentes que forem maiores de 21 anos em 31-12-2006. Se o número não for informado, a Receita poderá vetar o abatimento do dependente;
- Dedução da Contribuição à Previdência Social do empregado doméstico: Os valo-res pagos a título de Contribuição Patronal à Previdência Social do empregado domés-tico serão deduzidos do imposto devido, obedecendo aos limites definidos em lei: 522,00 + 12,00 ou 14,00, dependendo do mês de pagamento das férias. O contribuinte deverá informar o Número de Inscrição do Trabalhador na Previdência (NIT), nome do empregado doméstico e valor pago;
- Informações sobre doações a campanhas eleitorais: O programa do IR deste ano traz uma ficha específica para esse assunto. Lá, o contribuinte deve informar o (CNPJ) Cadastro Na-cional da Pessoa Jurídica, nome do candida-to, partido político ou comitê financeiro, e o valor da doação;
- Informações sobre lucros e dividendos rece-bidos: deverão ser informados valores rece-bidos pelo titular e dependentes, a título de lucros e dividendos, bem como o CNPJ e o nome da fonte pagadora.

"O crescimento do país depende das reformas"

Ao tomar posse no Senado e no CDN do Sebrae, o senador Adelmir Santana se compromete a defender os pequenos empresários e as grandes reformas estruturais: tributária, trabalhista e da Previdência

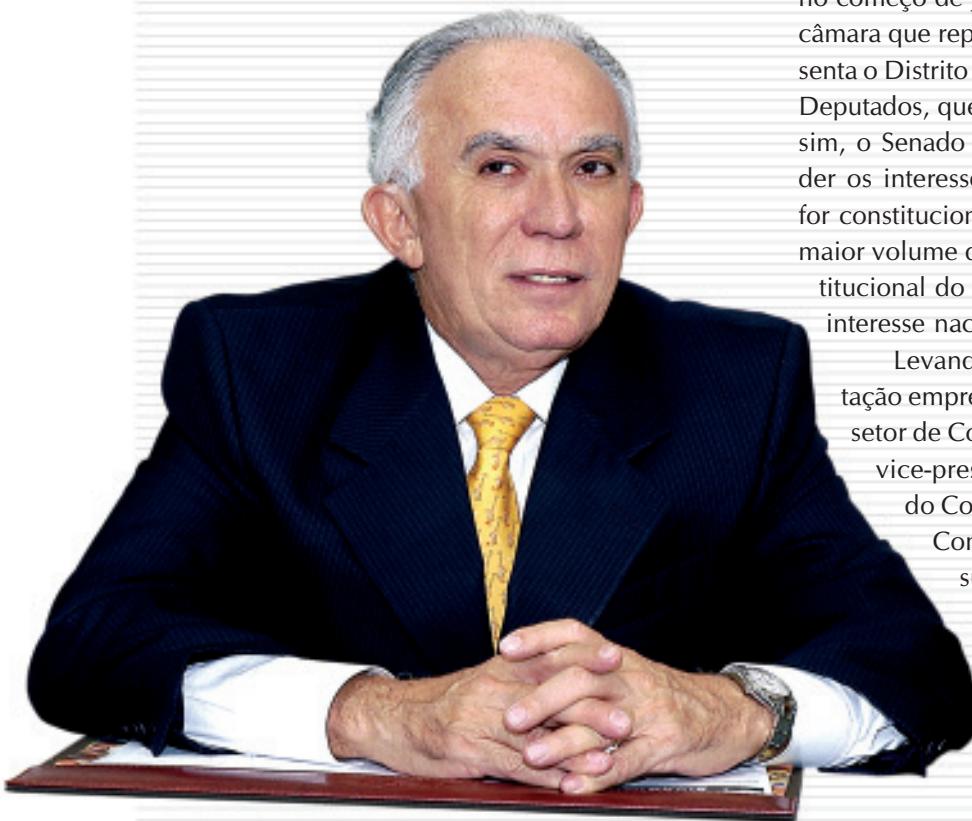
Em janeiro, Adelmir Santana assumiu, no senado, a vaga do vice-governador do Distrito Federal, senador Paulo Octávio. No mesmo mês, tomou posse como diretor-presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae. Adelmir promete dar continuidade às ações estratégicas para os pequenos negócios brasileiros e se debruçar sobre a regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Em entrevista à Revista Fenacon em Serviços, o senador Adelmir Santana detalha suas ações à frente da diretoria do Sebrae e no Congresso Nacional.

Revista Fenacon em Serviços – Senador Adelmir Santana, ao assumir o Senado neste início de legislatura, em que projetos o senhor concentrará sua atuação parlamentar?

Senador Adelmir Santana – Assumi o Senado no começo de janeiro. O Senado é uma Casa, uma câmara que representa a federação. Portanto, representa o Distrito Federal. Ao contrário da Câmara dos Deputados, que representa o povo, vamos dizer assim, o Senado representa a federação. Vou defender os interesses do Distrito Federal, naquilo que for constitucional, como, por exemplo, a vinda de maior volume de recursos para o DF, o fundo constitucional do DF, e, naturalmente, as matérias de interesse nacional.

Levando em conta que venho da representação empresarial, da representação patronal do setor de Comércio e Serviços, pois estou como vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio, presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, nos assuntos pontuais, pretendo focar os interesses dessas instituições, e, por consequência, os das empresas de comércio, serviços, turismo e hospitalidade. Estarei atento a essas questões, em busca, naturalmente, das reformas.





Não dá para continuar com a alta carga tributária e os múltiplos processos de recolhimento de impostos

cursos que poderiam ser reinvestidos. Se se pensar, porém, no índice de investimentos ou no PIB, atualmente na ordem de 20%, é muito pouco em termos de investimento do governo, que tem hoje o equivalente a 40% desse PIB.

RFS – Como o senhor avalia as medidas de desoneração previstas no PAC?

SAS – Elas são insuficientes, mas importantes para os setores beneficiários. O fato de serem insuficientes causa preocupação, porque não houve redução de carga tributária de modo geral, apenas alguma renúncia para determinados setores que, certamente, estão se regozijando com a medida. O importante, porém, é ter uma reforma profunda, com benefícios para todos os segmentos da economia.

RFS – O senhor acredita no avanço da discussão da reforma Trabalhista em 2007?

SAS – Tudo depende muito da ação do próprio Poder Executivo. O que sentimos, quando do lançamento do PAC, é que isso não foi sequer citado e essas questões foram encaminhadas ao Congresso no primeiro governo Lula, mas lá se dissociaram, ficaram divididas. Tanto a reforma Trabalhista como a Sindical têm que andar juntas, pois tratam naturalmente de matérias mais ou menos congêneres. Não adianta fazer reforma trabalhista, sem uma reforma sindical. Elas têm que andar juntas, para haver desoneração. Do mesmo modo como foi feito com as empresas, com o objetivo de fixar ou regularizar a contribuição das empresas, é preciso buscar mecanismos para formalizar os empregos e as contribuições para a Previdência. Não é possível ter, por exemplo, em nosso estado mais de 250 mil desempregados. Isso significaria uma revolução, se essas pessoas efetivamente não tivessem renda ou receita. Devem ter, só não por meio do emprego formal, que, como sabemos, é cada vez mais escasso. Cabe a nós buscar uma forma para que essa renda ou essa ocupação seja legalizada e haja, assim, o compartilhamento com o governo e a Previdência.

RFS – Depois de tantos anos de discussão, o senhor acredita que o Congresso Nacional, em 2007, possa chegar ao consenso e aprovar a reforma Tributária?

SAS – São mais de 10, 12 anos de discussão. Ela já avançou bastante, mas, quando chegou a determinado ponto, como, por exemplo, no da fusão, tanto do processo de legislação do ICMS, como no da fixação de alíquotas, falaram mais alto os interesses dos entes federativos, os interesses do Estado. Não dá para continuar com essa monstruosidade de carga tributária e o embaralhamento dos processos de recolhimento de tributos no país. Só no caso do ICMS, 27 estados legislam sobre a mesma matéria e, às vezes, com diferenças grandiosas de um estado para o outro.

RFS – Em sua opinião, o governo vai atingir a meta de 5% de crescimento este ano, sem reduzir a carga tributária?

SAS – Não acredito. O discurso do presidente, ao lançar o Plano de Aceleração de Desenvolvimento (PAC), foi muito importante, porque motiva os políticos e os empresários a buscarem soluções. Mas, com essa carga tributária e as taxas de juros vigentes, não vejo como as empresas investirem no Produto Interno Bruto (PIB) mais do que estão investindo. É claro, cada vez que se diminui um pouco a carga tributária, isso aumenta o volume de recursos em poder das empresas, da iniciativa privada, re-

RFS – E quanto à discussão da reforma da Previdência, sai em 2007?

SAS – O presidente Lula, em seu pronunciamento, disse que irá criar um comitê, para discutir o assunto. Na verdade, parece que ninguém tem coragem de enfrentar claramente essa questão da Previdência, mas essa reforma tem que ser feita. Mesmo respeitando os direitos adquiridos, não é possível essa situação continuar, pois se tende a chegar a um ponto em que haverá mais beneficiários que contribuintes. Então, a situação requer uma solução. Em contrapartida, sabemos que há uma infinidade de beneficiários da Previdência que nunca contribuíram para essa instituição, portanto esta não deveria desembolsar esses recursos. Entendo a Previdência como um sistema condominial, um sistema em que as pessoas contribuem, com o objetivo de ter na velhice parte daquilo com que contribuíram. No Brasil, há um exército que recebe da Previdência, sem nunca ter contribuído para a Previdência. E, nesses casos, as aposentadorias deveriam ser pagas com recursos do Tesouro, uma verba diferente, dissociada. A Previdência merece uma discussão de forma responsável, com o pensamento voltado para as gerações futuras.

RFS – O senhor tem algum plano específico para que o Senado possa avançar na discussão dessas reformas, tão importantes para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país?

SAS – Meu plano é naturalmente contribuir para que isso aconteça. Claro que, vindo, como disse no início, das instituições representativas, muitas proposições que já estão no Congresso são de interesse de nossas corporações. Pretendo acompanhar isso bem de perto, para que haja resultados positivos. Especificamente, não tenho ainda nenhum projeto a ser apresentado logo no primeiro dia de reabertura do Congresso.

RFS – Qual a sua avaliação sobre o projeto final da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada no final do ano passado?

SAS – Certamente, foi um avanço, já que essa era uma discussão de longo tempo. Há muito se discutia essa questão da microempresa no Brasil. Esse projeto surgiu das bases, sob os auspícios do Sebrae Nacional, que discutiu em vários fóruns regionais, ouviu inúmeros empresários do país afora e encaminhou ao Congresso um documento com várias proposições. Lá foi ampliada a discussão, com a

participação do meio empresarial, notadamente das empresas ligadas às confederações. É um projeto, portanto, que considero vitorioso, porque, na verdade, cria a possibilidade de empresas atualmente na informalidade passarem para a formalidade por meio da incorporação. Ao mesmo tempo, também, a lei cria mecanismos de desburocratização do Estado brasileiro.

RFS – No Brasil, algumas leis não emplacam. O senhor julga que essa lei corre esse risco?

SAS – Não creio, pois houve grande mobilização nacional do meio empresarial para sua aprovação, cujo prazo para entrar em vigor, primeiro de julho, foi estabelecido com o objetivo de haver tempo para adequação dos mecanismos de recolhimento, já que a lei estabelece várias faixas de acordo com o porte e a categoria da empresa. Ainda há alguns pontos, a serem discutidos para sua regulamentação, o que, naturalmente, requer nossa ação no Senado.

RFS – O Sebrae tem algum projeto de implantação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa?

SAS – O Sebrae certamente vai entrar, a partir de agora, com um processo de divulgação, de mobilização. Não podemos descuidar disso. Do mesmo modo com que nos preocupamos com a



aprovação da lei, precisamos nos empenhar na mobilização e conscientização das empresas, dos empresários, de quem trabalha na informalidade, com o objetivo de, naturalmente, fazê-los compreender as vantagens da formalidade. E, concomitantemente a isso, um segundo objetivo é fazer com que optem pelo Simples, cientes das vantagens de que são beneficiários em razão da lei.

RFS – O senhor, como empresário, considera a burocracia ainda o grande problema das empresas brasileiras hoje?

SAS – A burocracia, sem dúvida, é um dos graves problemas.

RFS – Existe hoje no Senado um projeto que cria a Redesim, uma rede de simplificação de procedimentos de abertura de empresas. Esse projeto terá seu apoio?

SAS – Tudo o que vier a contribuir para um processo de regularização de empresas e de incorporação de empresas à formalidade terá meu empenho, porque compreendo também que um dos grandes males de nossa economia está na questão da informalidade. Temos que diminuir drasticamente o número de informais, e só conseguiremos isso, se, de fato, o empresário tiver vantagens em ser formal. Hoje as empresas formais enfrentam uma carga tributária monstruosa. É preciso encontrar mecanismos para que as pessoas saibam da importância de serem formais, de terem acesso a crédito e a seguros e de terem empregados registrados.

RFS – O senhor acredita que conscientizar o microempresário é suficiente para possibilitar o acesso a essa tecnologia?

SAS – Certamente. À medida que se começa a fazer planos de governo de incentivo, também há diminuição de custos e equipamentos. O Sebrae, ao desenvolver juntamente, por exemplo, com a CNC convênios com o objetivo de divulgar essa informação e mostrar a necessidade e as vantagens de acesso à tecnologia e à informação, empresas que trabalham com maquinaria e com tecnologia entram nesse processo, para baratear custos e fazer com que seus produtos cheguem às empresas. Então, vejo essa missão como nossa, tanto do mundo político, quanto do Sebrae, dos Sebraes regionais e das instituições representativas. Não podemos conviver com esse índice altíssimo de mortalidade não só das pequenas empresas, mas também de todas as empresas, fato que difere do restante do país.

RFS – No Sebrae, quais os planos do senhor?

SAS – O Sebrae foi uma pavimentação que fizemos por entender a importância de uma instituição nacional para o exercício do mandato de senador. Ora, o Sebrae cuida, efetivamente, das microempresas. Como egressos dessas micros e pequenas empresas, vamos, naturalmente, usar o corpo técnico, todos os recursos, as informações do Sebrae, para manifestar sempre a nossa defesa da micro e pequena empresa para ter uma palavra abalizada em defesa dessas empresas de todos os segmentos. ■

FISCOSoft On Line Informações Fiscais e Legais na Internet

Acesso Gratuito
por 7 dias!

www.fiscosoft.com.br/fenacon



Fone: (11) 3214-5800

Controlar o gasto público é ser contra os pobres?

Marcos Mendes

No rescaldo da campanha eleitoral, fixou-se no imaginário popular a idéia de que propor o controle do gasto público é uma medida “da direita”, que estaria sequiosa por cortar benefícios sociais e explorar, cada vez mais, os pobres e desvalidos. O crescimento do gasto, em contrapartida, seria uma forma de distribuir mais bondades governamentais à população carente. É preciso desmistificar essa idéia.

O rápido crescimento da despesa pública nos últimos anos caracterizou-se pela expansão do gasto corrente (aposentadorias, pessoal, juros, transferências para estados e municípios, etc.), que saltou de 20% para 27% do PIB entre 1995 e 2005, e estagnação do investimento público, que ficou oscilando em torno de 0,6% do PIB nesse período. Para financiar a escalada do gasto crescente, aumentaram-se os impostos (a carga tributária da União cresceu de 20% para 26% do PIB) e a dívida pública (de 38% para 50% do PIB).

Esse modelo de política fiscal é altamente prejudicial aos mais pobres, porque empeira o crescimento econômico e a geração de emprego. Diversos estudos já mostraram que o aumento do gasto corrente não gera crescimento econômico, a expansão da carga tributária deprime o crescimento e os investimentos públicos em infra-estrutura são fundamen-



É preciso controlar a expansão do gasto público por meio do corte de privilégios e do desenho de políticas sociais

tais para ampliar o crescimento. Pedro Ferreira e Thomas Malliagros (Impactos Produtivos da Infra-estrutura no Brasil – 1950/95. Na revista Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 28, n. 2, ago. 1998), por exemplo, há uma estimativa de que um aumento de 1% na infra-estrutura pública gera um incremento no nível do PIB entre 0,55% e 0,61% em longo prazo.

Assim, nosso modelo de política fiscal, que corta investimento e aumenta impostos e gastos correntes, parece ter sido desenhado sob medida para impedir o país de crescer. De fato, temos uma taxa média de crescimento de pouco mais de 2% ao ano desde 1990.

E o que os pobres perdem com isso? São eles que formam a grande massa de desempregados e subempregados. Dados da Fundação SEADE, por exemplo, mostram que a taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo foi de 16,9% em 2005 e que

essa alta taxa está concentrada nos jovens (26,4% para os de 18 a 24 anos), nos negros (20,8%) e nas pessoas de baixa escolaridade (23,9% para os que têm ensino fundamental completo e médio incompleto). A interseção desses três grupos forma o típico perfil do jovem pobre da periferia metropolitana. Assim, a expansão dos gastos da Previdência, que garante o aumento real da aposentadoria do

vovô de uma família de baixa renda, pode estar deprimindo o crescimento econômico e, com isso, subtraindo o emprego de seu neto.

Vejamos, agora, o sistema tributário. Como metade da carga tributária do país é composta de impostos sobre consumo, os pobres tendem a pagar mais impostos, pois tudo o que ganham é consumido no mês, ao contrário dos mais ricos que, ao pouparem parcela da renda, preservam-na da tributação sobre consumo. Assim, a expansão da carga tributária nos últimos anos é mais uma forma pela qual o crescimento do governo prejudica os mais pobres. Rodrigo Pereira e Cândido Jr., por exemplo, mostram que o Brasil ocupa uma desconfortável posição comparativa com outros países no índice de progressividade tributária (Progressividade Fiscal no Brasil. Boletim de Desenvolvimento Fiscal – IPEA, set. 2006).

A outra forma de financiar o gasto – a ampliação da dívida pública – também beneficia os mais ricos. Afinal, são eles que têm dinheiro sobrando no fim do mês para financiar o governo, com a compra de títulos públicos. Como a dívida é crescente, a taxa de juros que o governo tem que pagar é alta. Além disso, como a capacidade produtiva do país cresce pouco (devido aos baixos investimentos público e privado), qualquer aumento da demanda por bens e serviços ameaça transformar-se em inflação, pois a economia não tem capacidade produtiva disponível para aumentar a oferta. Em consequência, o Banco Central mantém a taxa de juros em nível elevado. O resultado é um gasto anual com juros da ordem de 8% do PIB. Apenas para comparar, o Bolsa Família, carro-chefe da propaganda do "Estado para os pobres", consome apenas 0,4% do PIB.

Os mais ricos também conseguem se apropriar de uma parcela maior do gasto público não financeiro. Com

maior poder de organização e de *lobby* com o governo, os sindicatos de trabalhadores de classe média, as corporações, as entidades de classe, as elites das regiões atrasadas, conseguem enviesar as políticas públicas em seu favor. Os pobres, sem organização e sem voz, contam apenas com o seu voto, que lhes garante um benefício precário em véspera de eleição.

É por isso que toda a política de benefícios (FGTS, seguro-desemprego, etc.) dirige-se aos trabalhadores do setor formal e deixa os pobres do mercado informal à margem. Também é por isso que algumas categorias de servidores públicos, com acesso aos centros decisórios, conseguem salários elevados. Ademais, criam-se fundos para o desenvolvimento das regiões atrasadas que muitas vezes alimentam, com recursos públicos, a riqueza das elites locais. Em nome da "educação pública e gratuita para todos", montou-se um sistema iníquo de financiamento integral para universitários de alta renda, que poderiam pagar por seus estudos, em prejuízo da massa de pobres, que sofre em escolas públicas primárias e secundárias de baixa qualidade. A conexão entre políticos e financiadores de campanha gera um círculo vicioso de enriquecimento e favorecimentos em contratos públicos.

Não é de estranhar que o Brasil, após 500 anos de um Estado grande e intervencionista, apresente um dos maiores índices de concentração de renda do mundo. É preciso controlar a expansão do gasto público por meio do corte de privilégios e do desenho de "políticas sociais" voltadas para os mais pobres, que não sejam meras cortinas de fumaça para esconder benefícios às classes média e alta. Também é preciso mudar políticas financeiramente insustentáveis em longo prazo (como é o caso da Previdência). Essa é a verdadeira agenda a favor dos pobres, que fará o país crescer com menos desigualdade. ■

Marcos Mendes é doutor em economia pela USP, consultor legislativo do Senado Federal e pesquisador associado ao Instituto Fernand Braudel

FAÇA UM TESTE GRATUITO E CONFIRA NOSSA QUALIDADE

SISTEMAS CONTÁBEIS SEM TAXA DE MANUTENÇÃO MENSAL

Contabilidade | Folha de Pagamento | Livros Fiscais | Adm. de Escritório | PPP

www.e-contab.com.br

São Paulo 11 2626-1962
SP Interior 19 3525-6600
Belo Horizonte 31 2626-2940
Curitiba 41 4083-7122
Rio de Janeiro 21 3005-9214
Salvador 71 2626-2726

e-contab®



Microsoft Windows 2000

Programa é bom, mas precisa de ajustes

Para especialistas, as medidas do PAC serão inócuas se não houver uma maior redução dos impostos. Somente uma reforma tributária criaria as condições para o crescimento acelerado da economia

Por Marilda Bezerra

Investimentos públicos, contenção de despesas, redução de impostos e melhoria da gestão pública formam a base do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal, já em 22 de janeiro deste ano. O programa, que prevê uma injeção de R\$503,9 bilhões na economia do país até 2010, é criticado pela oposição e elogiado pela base de apoio ao governo. O objetivo anunciado é crescer 5% ao ano, com distribuição de renda e inclusão social.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, disse, em entrevista coletiva, que está muito satisfeito com as medidas que integram o PAC. Segundo Furlan, o programa tem todas as condições para proporcionar o crescimento, pois haverá investimentos em infra-estrutura e, consequentemente, a indústria nacional vai se tornar cada vez mais competitiva.

André Eduardo: é cedo para afirmar que o PAC vai atingir a meta de 5% de crescimento



Assim como Furlan, o senador Romero Jucá, líder do governo no Senado, também acredita na eficácia do programa. “O PAC vai garantir altos índices de crescimento econômico ao país. As medidas propostas pelo PAC serão suficientes para garantir altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com índices capazes de atingir até 6% ao ano”, disse o líder do governo no Senado.

Já o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse à Agência Senado que, em primeiro lugar, o PAC anuncia apenas um conjunto de boas intenções, mas não constitui um projeto pronto. E, além do mais, segundo o parlamentar pernambucano, faltam capacidade gerencial, organização e liderança capazes de transformar intenções em projetos e, posteriormente, em realizações.

Talvez contaminados pela lembrança de planos econômicos fracassados como o “Avança Brasil”, do governo Fernando Henrique, especialistas vêem o PAC com cautela. Segundo o economista, André Eduardo da Silva Fernandes, é cedo para afirmar se o PAC vai efetivamente acelerar o crescimento e o aumento de emprego, pois o programa não apresenta soluções em curto prazo para os gargalos de infra-estrutura que limitam o crescimento econômico. “Tais projetos de infra-estrutura, mesmo contando com sua realização, têm um tempo de maturação relativamente longo, o que inviabiliza o investimento privado, até que este tenha confiança na realização do plano”, explica o economista.

Na avaliação de André Eduardo, o PAC está muito mais próximo de ser uma carta de intenções em relação a projetos prioritários do que um instrumento efetivo para a ação do governo federal. “Tudo ainda está em aberto, mesmo porque onze medidas do PAC ainda terão que ser analisadas pelo Con-

gresso Nacional, no qual as resistências são muitas, principalmente pela pressão dos governadores", diz.

Um dos propósitos do PAC seria a forte desoneração que permitiria o setor privado realizar novos investimentos. Entretanto, somente 21% das desonerações são novas, todo o resto já estava previsto no orçamento. Na opinião de André Eduardo, para efetivamente desonerar o setor privado e garantir o crescimento de 5%, é preciso, além de uma profunda reforma tributária que reduza de fato os impostos, uma diminuição do gasto público, para que a menor arrecadação decorrente não implique aumento do déficit. "O PAC deixou de fora a visão estrutural no que diz respeito à carga tributária, o que, com certeza, prejudicará o crescimento econômico, tornando a meta de 5% algo possivelmente irrealizável", diz.

Apesar de aprovar o programa, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto, afirmou que o crescimento econômico nos níveis estipulados só acontecerá com a adoção de outras medidas de desoneração fiscal. "O pacote contempla tudo aquilo que o setor privado vem cobrando ao longo do tempo, ou seja, estímulo ao investimento, apoio para quem quer investir, mas, mesmo assim, as medidas de desoneração são modestas", diz.

O tributarista Rodrigo Corrêa Mathias Duarte, da Innocenti Advogados, apesar de considerar que o PAC prevê medidas positivas, capazes de melhorar o crescimento econômico do país, também acredita que, para atingir a meta de 5% de crescimento, é necessário ampliar as medidas de redução da carga tributária. "Uma reforma tributária, que desonere os segmentos mais atingidos, com uma tributação mais justa e melhor distribuição da incidência dos



Rodrigo Corrêa:
reforma
tributária será
essencial para
garantir as metas
de crescimento
econômico em
longo prazo

tributos e contribuições previdenciárias, geraria investimentos interno e externo, empregos", diz.

O economista Clóvis Panzarini acredita que, embora o governo tenha deixado de fora questões fundamentais para o crescimento, como a reforma do sistema tributário, o déficit da Previdência e o custo da dívida pública, os investimentos em infra-estrutura receberam o tratamento devido. "As 'travas' fundamentais do crescimento foram corretamente elencadas. Sem energia e transporte, não se pode falar em crescimento", conclui o economista.

Na esteira dos que se mantêm otimistas, se manifesta o também economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp, segundo o qual se pode estar configurando uma nova coalizão política em favor do desenvolvimento. Em artigo publicado no *Correio Braziliense*, recorda ele que essa coalizão

COPAN
SISTEMAS INTEGRADOS

4 SISTEMAS TOTALMENTE INTEGRADOS NUM ÚNICO PACOTE

- FOLHA DE PAGAMENTO
- CONTABILIDADE CLM
- ESCRITA FISCAL
- CÁLCULO DE TRIBUTOS EM ATRASO
- Experiência de 15 anos de mercado
- Mais de 5 mil clientes satisfeitos
- Soluções na medida certa para sua empresa

Televendas: 0800 7702040

Ao adquirir o sistema MultiCopan, você terá o que há de mais prático e moderno para a contabilidade da sua empresa. São mais de 30 profissionais especializados, uma equipe de consultores à sua disposição, suporte técnico telefônico, atendimento personalizado, tudo para resolver quaisquer dúvidas, receber sugestões, garantir qualidade e manter o sistema atualizado e modernizado.

CONHEÇA O PAC

O PAC é constituído de oito medidas provisórias (346, 347, 348, 349, 350, 351, 352 e 353, de 2007) e seis decretos presidenciais (6.018, 6.019, 6.020, 6.021, 6.022 e 6.023, de 2007).

É composto ainda de quatro projetos de lei – dois de lei ordinária (PL) e dois de lei complementar (PLP). Os PLs tratam da política de valorização do salário-mínimo e da lei de licitações. Já os PLPs versam sobre a política de reajuste do funcionalismo público e a regulamentação do artigo 23 da Constituição, que trata da legislação ambiental.

Desoneração

O PAC prevê uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 6,6 bilhões, em 2007, e de R\$ 11,5 bilhões, em 2008. Esses valores correspondem principalmente à renúncia fiscal com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e com a correção da tabela de imposto de renda.

Um dos capítulos mais extensos do PAC é o que traz as medidas de desoneração e de aperfeiçoamento do sistema tributário. Ao todo são 15 medidas, que englobam os setores de infra-estrutura, incentivos para o setor de TV digital e semicondutores, benéficos para a indústria de microcomputadores e, consequentemen-

já existiu entre 1930 (fim da República Velha) e 1980: em 23 anos sob regime democrático e nos 28 anos sob ditaduras, o Brasil foi um dos países que mais cresceram, “transitando da situação de uma grande fazenda produtora de bens primários de exportação para a condição de oitava potência industrial do mundo. Tudo isso, no entanto, foi se desmanchando a partir da ruptura do pacto político nacional ainda durante o último governo militar”.

Para Pochmann, daí em diante, a maioria política tem utilizado como principais mecanismos a “financeirização” da riqueza e a inserção subordinada do Brasil na globalização. O perigo dessa escolha, para o pesquisador, é que as finanças públicas foram colocadas contra o povo com “o gigante esforço na elevação da carga tributária e o desvio de recursos do setor produtivo estatal e das áreas sociais para a sustentação do ganho fácil dos *rentiers* (aplicadores financeiros). “Por isso, alerta que não se deve desprezar a força do conservadorismo que permanece ativa e comprometida com os ganhos fáceis da financeirização da riqueza sustentada pelo Estado-vassalo.”

Aprovação no Congresso

Para conseguir pôr em prática as principais medidas do PAC, o governo federal vai ter que enfrentar a

te, para os usuários dos equipamentos de informática.

No âmbito do aperfeiçoamento do Sistema Tributário, estão previstas a criação da Receita Federal do Brasil, a Super-Receita, e a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e da Nota Fiscal Eletrônica, além do aumento do prazo de recolhimento das contribuições PIS e Cofins. Esta última medida, por sinal, é uma antiga reivindicação da Fenacon.

O programa também prevê a retomada da discussão sobre a reforma tributária, com a participação dos governadores, prefeitos, empresários e parlamentares. Propõe, ainda, a unificação dos tributos indiretos federais, estaduais e municipais em um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) com legislação única e receita compartilhada.

O programa prevê um investimento, nos próximos quatro anos, de R\$ 503,9 bilhões. Essa previsão inclui recursos da iniciativa privada. Na área fiscal, o programa impõe um limite de 1,5% para o aumento real do salário-mínimo, com a definição de medidas de reajuste a cada quatro anos.

As medidas do PAC estão organizadas em cinco blocos: investimento em infra-estrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

oposição no Congresso Nacional, pois muitos dos itens do programa dependem de aprovação do Legislativo. O presidente Lula já assinou sete decretos, sete medidas provisórias, e enviou ao Congresso dois projetos de lei complementar e três projetos de lei sobre o PAC. Com exceção dos decretos, todos os outros textos terão que ser aprovados pelo Congresso.

Parlamentares defendem a discussão e o debate do PAC no Congresso Nacional. A oposição critica, mas diz que vai aprovar as medidas de interesse do país. O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) argumenta que o PAC “não apresenta nada de novo”, mas defende a ampliação do debate sobre o tema.

Já os governadores, com forte influência sobre as bancadas estaduais, alegam que as medidas do PAC trarão queda nas receitas e passam a se articular para abocanhar parte da CPMF, a qual depende de nova aprovação para continuar em vigor. Outra medida da qual depende o PAC é a continuidade da Desvinculação das Receitas da União (DRU), conhecidas como receitas carimbadas pela Constituição. Embora negue que os estados e municípios perderiam com o PAC, o presidente Lula já sinalizou que governadores devem procurar os ministros para debater as reivindicações. ■

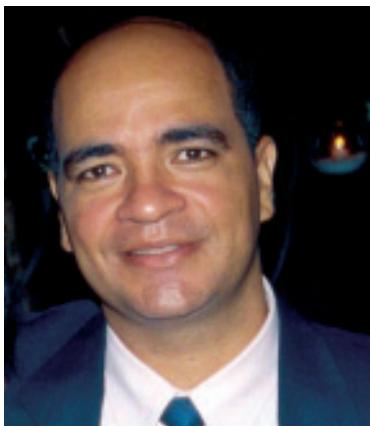
O planejamento como balizador de ações

Albírio Gonçalves

É preciso planejar! Planejamento é algo com que todos concordam, muitos fazem, alguns da mesma maneira e poucos adequadamente. O planejamento nasce dos grandes objetivos que a organização quer atingir, e isso demanda reavaliação constante e sólido trabalho em equipe. O objetivo maior do Planejamento Estratégico é desenvolver estratégias que guiarão a organização a obter melhor desempenho e, consequentemente, melhor resultado.

No universo corporativo, alguns executivos questionam e não acreditam na validade dos planejamentos anuais. Provavelmente, desconhecem as verdadeiras razões para esses planejamentos. Em alguns casos, participaram de processos "capengas" ou mal-feitos ou mesmo de processos adequados, mas com uma comunicação das metas, dos objetivos e dos porquês ineficaz. Outro motivo de insucesso dos planejamentos é o excesso de objetivos e metas. Muitas vezes, os próprios executivos que participaram mais ativamente do processo não conseguem enumerar todos. Imagine as probabilidades de os colaboradores das organizações se comprometerem com algo que não conhecem completamente. Lembre-se: nenhuma estratégia serve, se não for entendida e "comprada" pelos colaboradores.

A comunicação representa um fator essencial para que as pessoas entendam e se comprometam com as



Estratégias bem elaboradas e compartilhadas com toda a organização fortalecem a empresa no mercado

estratégias elaboradas. Outro fator importante é que todos os níveis da organização participem na elaboração do planejamento. Isso não é utopia. Tenho presenciado processos de planejamento valiosos que tiveram a participação de todos os níveis hierárquicos das organizações, inclusive na avaliação do processo, e conseguiram um alto grau de comprometimento do quadro de colaboradores, o que proporcionou a realização das metas mais facilmente. Claro, fica muito mais fácil aceitar e comprometer-se com algo que se entende e que se ajudou a dar vida.

Não raramente sou questionado se existe somente um modelo adequado de planejamento. A resposta é não. Na verdade, há alguns modelos muito interessantes de planejamento altamente eficazes. O ponto crucial é a organização encontrar o modelo que melhor se adapte à sua realidade. Os atos de planejar e decidir eficazmente devem ser desenvolvidos em todos os níveis des-

sas organizações, pois as estratégicas resultantes servirão de balizadores e direcionadores das ações empresariais. Estratégias bem definidas, bem elaboradas e compartilhadas com toda a organização fortalecem o posicionamento da empresa no mercado, além de permitir uma efetiva transformação organizacional para melhor. Acredite: planejar faz bem. Desejo-lhe sucesso em seu próximo Planejamento! ■

Albírio Gonçalves é executivo, consultor de empresas e diretor da CynAl Consultoria

Crescimento passa pelo setor de Serviços



Apesar de gerar mais empregos do que a indústria e o comércio, o setor de Serviços - que concentra empresas de alta tecnologia - ainda carece de uma política global de desenvolvimento

Por Marilda Bezerra

Para suprir a necessidade de compreender melhor o comportamento do setor de Serviços, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou, no final do ano passado, o livro *Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil*, com artigos que mostram os resultados de estudos realizados pela equipe de seus pesquisadores.

A publicação revela que o setor de Serviços tem se mostrado com um fôlego invejável perante os outros. Entre 1999 e 2003, cresceu 83% e movimentou, somente em 2003, uma receita de 326 bilhões de reais. Das 900 mil empresas que compõem o setor, 96,6% são pequenas, com até 19 pessoas ocupadas. No período de 1999 a 2003, cerca de 90,3% dos investimentos diretos estrangeiros recebidos pelo Brasil foram para o setor de Serviços.

O segmento empregou, em 2003, cerca de 7 milhões de trabalhadores formais, número superior ao da indústria e do comércio, segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), da Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), todas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o pesquisador do Ipea e coordenador da publicação, Luiz Cláudio Kubota, o setor de Serviços, além de muito heterogêneo, é pouco conhecido, razão pela qual o Ipea o incluiu em sua agenda de estudos. “É impossível pensar o desenvolvimento econômico do Brasil sem um setor de Serviços eficiente e capaz de ampliar as condições para que a inovação seja realizada na economia”, diz Kubota.

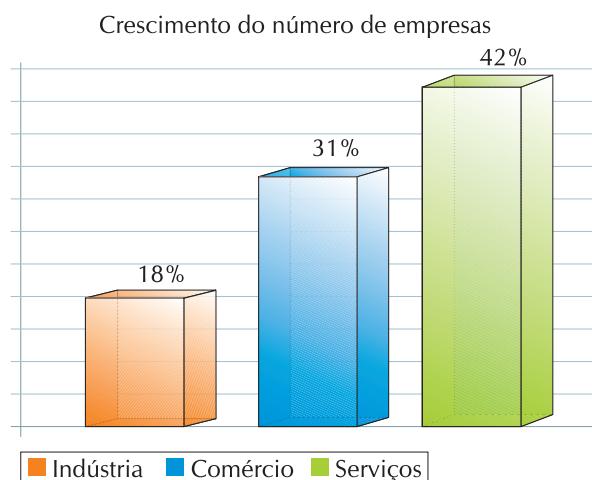


Luiz Kubota:
o setor de
serviços, além
de muito
heterogêneo, é
pouco
conhecido

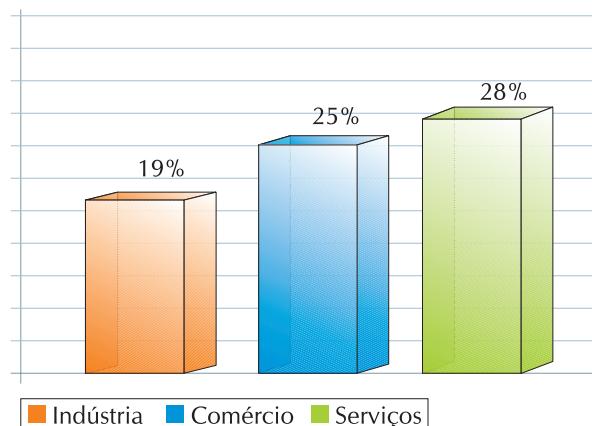
O crescimento do setor de Serviços é uma tendência mundial que o Brasil tem acompanhado. Segundo Kubota, esse avanço pode apresentar tanto aspectos positivos quanto negativos. "Quando se tem enxugamento do setor agrícola, por exemplo, a tendência é de os trabalhadores irem para segmentos do setor de Serviços, que exige pouca qualificação" diz. O estudo do Ipea mostra que, no Brasil, os segmentos com melhor desempenho são exatamente aqueles que exigem maior nível de qualificação técnica. Segmentos como o de informática e o de telecomunicações, juntamente com os serviços de assessoria técnica, foram os que mais cresceram. "O principal capital dessas empresas são as pessoas", afirma Luiz Kubota.

Esses serviços compõem os Serviços Intensivos de Conhecimento (SICs), adaptação brasileira para o conceito de *Knowledge-Intensive Business Services* (Kibs) no cenário internacional. Luiz Kubota

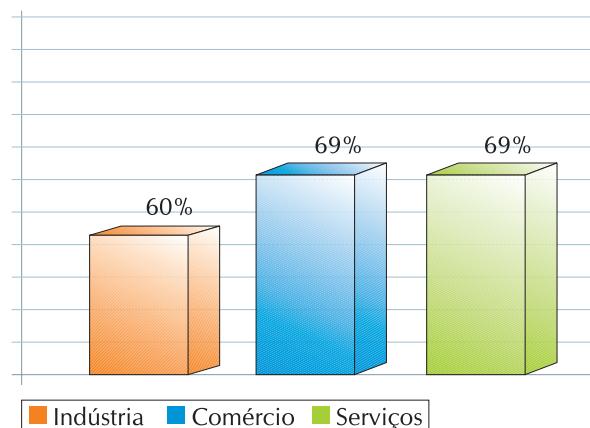
A pujança do setor de serviços (em %, de 1999 a 2003)



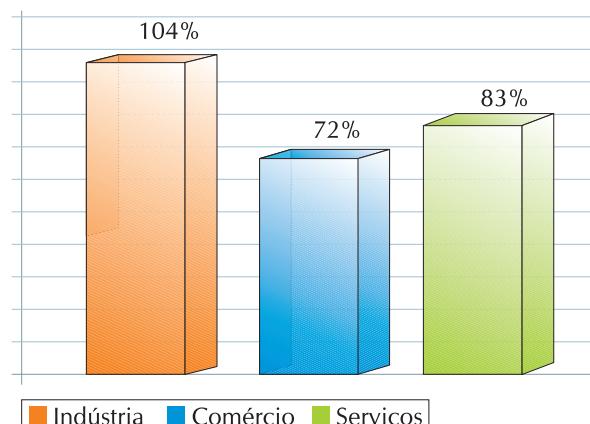
Crescimento do pessoal empregado



Crescimentos dos salários e retiradas



Crescimento da receita líquida



explica que os SICs são fortemente voltados para a tecnologia ou para o conhecimento administrativo, de regulação e de assuntos sociais. "Os SICs chamam a atenção por seu desempenho e sua capacidade de inovação, trazidos não apenas para o próprio setor de Serviços, mas também para a indústria e o agronegócio."

Entre os SICs estão os serviços de contabilidade, auditoria, consultoria em gestão, pesquisa de mercado e de opinião, entre outros de natureza técnica.

Para o presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Francisco Papellás Filho, os auditores precisam de formação especializada, geralmente além da formação contábil, por conta da grande responsabilidade inerente aos serviços prestados. "São conhecimentos adquiridos por meio de programas de educação continuada, obrigatórios para os auditores, cujo objetivo é propiciar a esses



Francisco Papellás Filho: os auditores possuem formação especializada

constatação feita pela Fenacon é a necessidade de o setor se qualificar melhor para continuar crescendo. A 12ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescap), a ser realizada em outubro deste ano em Foz do Iguaçu, tem como tema *Brasil: a evolução através dos Serviços*.

Na programação da 12ª Conescap, estão previstas palestras que vão discutir as formas de os empresários contábeis se preparam para prestar serviços de alta qualificação técnica, como o mercado vem exigindo. De acordo com o presidente da Fenacon, Carlos Castro, para que o Brasil alcance níveis de crescimento econômico comparados com os de outros países em desenvolvimento, além de fazer as reformas estruturais, como a tributária, o governo federal precisa editar políticas públicas voltadas para o setor de Serviços. "O que existe hoje são apenas políticas setoriais, que atendem a segmentos específicos, como turismo e desenvolvimento de software", diz.

profissionais alto nível de especialização. Muitos também participam de treinamentos nas áreas de negócios, finanças e afins," diz.

Devido à experiência adquirida na profissão e nos treinamentos com gestores, os auditores contribuem para o desenvolvimento das organizações e a disseminação do conhecimento. "Os auditores levam para dentro das empresas uma gama de conhecimentos, por meio de intenso intercâmbio de informações técnicas", diz o presidente do Ibracon.

Mesmo sem a existência de muitos estudos sobre o comportamento do setor de Serviços, o Sistema Fenacon, Sescons e Sescaps já havia identificado essa tendência de crescimento e a importância do setor para o avanço da economia. Outra

Inovação

O estudo aponta a inovação tecnológica como base de sustentação do crescimento econômico de longo prazo. E uma das estratégias das empresas para reorganizarem sua produção é assimilar novas

Netspeed apresenta o novo PAC: Programa de Assistência ao Contador.

Softwares Netspeed. O melhor custo-benefício do mercado.

- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal + Inventário + Livro Caixa
- Contabilidade + Lalur + Ativo
- Sistema Tributário - Federal, Trabalhista e ICMS (no prazo/em atraso)
- Administrador de Escritórios
- Protocolo de Documentos
- Financeiro
- Estoque
- Sistemas totalmente integrados.
- Operação em rede multi-usuário.
- Relatórios por e-mail, em tela ou impressos (matriciais/jato de tinta/laser).
- Atualização automática de tabelas e índices via internet.
- Suporte técnico via telefone, e-mail e chat (msn).

Matriz: S. José do Rio Preto, SP. **Filial:** Rio de Janeiro, RJ.
Representantes: Paraíba, Tocantins, e em várias cidades em todo país.

Solicite uma demonstração sem compromisso.
 Estamos cadastrando novos representantes.

netspeed
 Central de Atendimento
(17) 3237.1184
www.netspeed.com.br

O estudo do Ipea aponta a inovação tecnológica como base de sustentação do crescimento econômico em longo prazo

tecnologias pela criação de vínculos com o setor de Serviços. Em outras palavras, a modernização do setor produtivo, com o desenvolvimento de processos de inovação tecnológica, implica o estabelecimento de parcerias com empresas de Serviços Intensivos em Conhecimento.

Prestar serviços técnicos a outras empresas é um dos modos mais eficazes para produzir e difun-

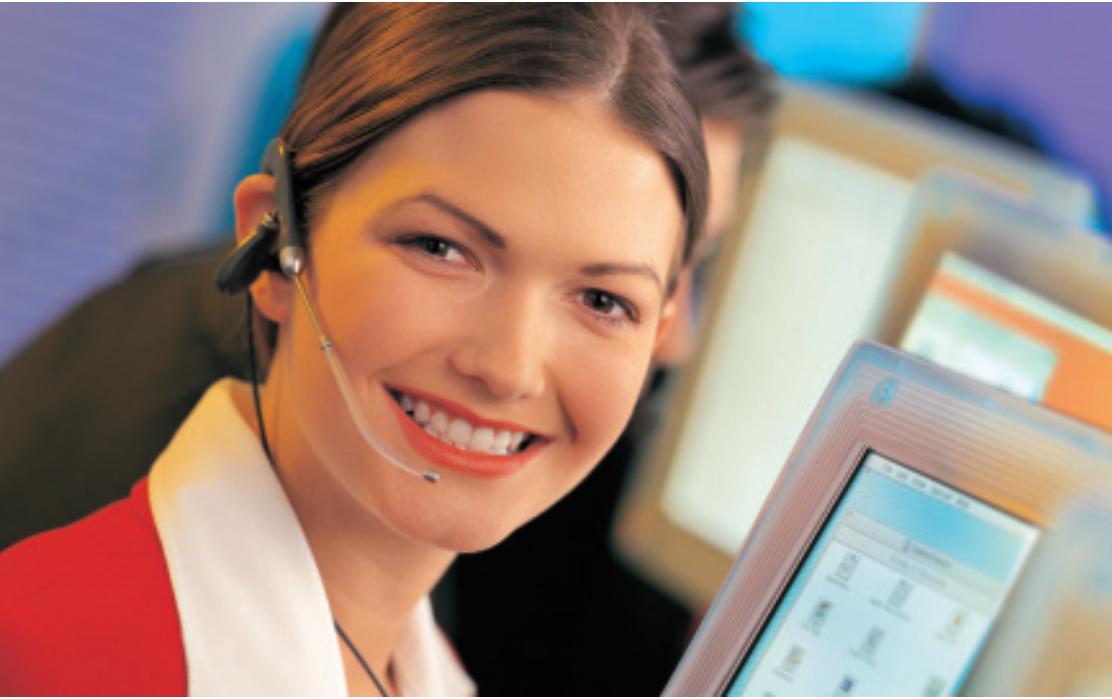
de inovação e podem contribuir com os sistemas de inovação nacionais, e, desse modo, remodelar o processo de produção e de gestão. Além de tudo, proporcionam alta interação entre produtor e usuário, o que permite alto grau de aprendizado pelo relacionamento com outras empresas e setores.

Luiz Kubota afirma que essa constatação se torna mais relevante no novo contexto econômico, em que é fundamental investir em conhecimento, aprendizado por redes e apropriação de tecnologia, elementos essenciais. "O que faz a empresa de SIC ser tão relevante é o fato de intermediar o conhecimento genérico e tácito. Em outras palavras, ela absorve o conhecimento e o aplica ao campo de atuação da empresa-cliente, ou adquire uma nova tecnologia da informação disponível, uma linguagem de programação, um *software*, e os adapta às necessidades do dia-a-dia do cliente", reafirma Luiz Kubota, em reforço às conclusões dos artigos.

Chama a atenção o fato de 37,9% das receitas do setor de Serviços virem dos segmentos de informática, telecomunicações e serviços técnicos voltados para as empresas. Além disso, o setor é responsável por 12,8% dos postos de trabalho. Essa aparente desproporção se explica, segundo Luiz Kubota, pelo alto valor produzido por pessoas muito bem qualificadas. Segundo

dados de 2002, 41,7% do pessoal empregado possuía nível superior. E a soma entre pessoas com os graus superior e médio chegava a 85,7%, o maior de todos os outros subsetores, mesmo se comparado ao de serviços sociais, como educação e saúde.

Os serviços técnicos, por sua heterogeneidade e pelo tipo de composição do setor (muitos pequenos escritórios de atividades diversas, consultorias, etc.) têm receita e empregos gerados majoritariamente pelas pequenas empresas, em que 97,5% delas têm até 19 pessoas ocupadas. No emprego da força de trabalho, os SICs são responsáveis por 64,8% das pessoas ocupadas, as quais produzem 51,1% da receita líquida.



dir conhecimentos e inovações tecnológicas. Ao lado dos serviços de informática e de telecomunicações, atividades como as de auditoria, contabilidade e consultorias são uma das que mais influenciam no tão desejado desenvolvimento sustentado. Essa é uma das muitas conclusões a que chega o estudo do Ipea.

Outra característica dos Serviços Intensivos em Conhecimento é o fato de utilizarem recursos humanos de mais alta qualificação, como advogados, administradores e contadores. Segundo o estudo do Ipea, os SICs também atuam como fonte primária de informações e de conhecimento, fornecem tecnologias de informação, auxiliam em processo

Investir nesse filão de empresas que lidam com o conhecimento intensivo é a chave para modernizar e aumentar a produtividade dos outros setores da economia, como indústria, agropecuária, serviços públicos de educação e saúde, conclui o estudo.

Se não restam dúvidas quanto à capacidade multiplicadora da informática e dos serviços de telecomunicações, até hoje não se tinha chamado a atenção para a capacidade de inovação trazida pelas empresas que prestam serviços técnicos a outras empresas.

Uma primeira dificuldade do setor de Serviços advém de sua diversidade. Porém, no estudo feito pelo pesquisador do Ipea, Carlos Torres Freire, é possível agrupar uma categoria, chamada por ele de “serviços prestados principalmente às empresas”, tais como atividades jurídicas, contabilidade e auditoria, pesquisa de mercado e de opinião pública, gestão de participação acionária, assessoria em gestão empresarial, publicidade, atividades representadas pela Fenacon. Esse agrupamento possibilita a realização de es-

tudos mais profundos sobre esses segmentos e se torna mais relevante no novo contexto econômico, no qual é fundamental investir em conhecimento, aprendizado por redes e apropriação de tecnologia.

Geografia desequilibrada

O estudo do Ipea mostrou ainda outra característica relevante do setor de Serviços, sua concentração: somente 139 dos 5.507 municípios brasileiros respondem por 90% da massa salarial e do valor agregado do setor de Serviços, dos quais 70,76% das empresas estão no Sudeste e, somente na Região Metropolitana de São Paulo, se localizam 34,7% delas.

A explicação para essa concentração é que nessas empresas há uma demanda crescente por alta tecnologia e profissionais mais bem qualificados, o que é mais fácil encontrar nos grandes centros urbanos, além do fato de as empresas de serviços serem vinculadas a segmentos específicos da indústria, em particular os que usam mais tecnologia. ■

SAIBA COMO ATRAIR E ENCANTAR MELHOR SEUS CLIENTES

EMPRESA DE CONTABILIDADE 100% INTELIGENTE 100%

Uma empresa de contabilidade completa precisa dos softwares de contabilidade, folha, escrita fiscal, controle patrimonial e gerenciador de escritórios. Esse escritório, assim informatizado, necessita interligar-se aos seus clientes através de módulos captores que executam o faturamento, ECF, contas a receber, contas a pagar, gerenciador financeiro, caixa e bancos e controle de estoques. Por meio dos módulos de gestão empresarial instalados nas empresas de seus clientes, o escritório importa esses dados via Internet e os transforma automaticamente em contabilidade e livros fiscais. Nessa interligação ganham os clientes e o escritório, passando a ser um a extensão do outro. O escritório inteligente, passo a passo, vai se tornando 100% informatizado, 100% interligado e 100% sem papel, buscando maximizar eficiência. Tudo isso sua empresa encontra na Exactus Software.

LIGUE SUA EMPRESA AO FUTURO

0800 400 6001 (43) 3372.7000 (43) 3372.7021 av. santos dumont,505 londrina pr

www.exactus.com.br

Profissionalismo como sobrevivência

Diante das exigências do mercado globalizado, as empresas familiares precisam se tornar competitivas para sobreviver. A saída é trocar o amadorismo pela gestão profissional

Por Marilda Bezerra

Se as relações familiares muitas vezes não são fáceis, imaginem quando se misturam com o trabalho. O resultado não poderia ser outro: conflitos e desentendimentos. Assuntos de família são levados para a sala de reunião e problemas profissionais para a mesa de jantar da família. Assim é o dia-a-dia de uma empresa familiar, ou melhor, assim era a rotina das empresas familiares. Hoje, para sobreviver no mercado globalizado, elas estão cada vez mais abrindo mão de questões pessoais e familiares e se profissionalizando.

As empresas familiares continuam enfrentando problemas. Os mais comuns dizem respeito a questões como sucessão, gestão profissional e abertura de capital. A necessidade de reformas não invalida o princípio da participação familiar. Segundo o consultor de empresas, Domingos Ricca, a não-diferenciação dos conflitos familiares dos conflitos da empresa é um dos principais problemas desse tipo de empresa. "Nas empresas familiares, existe uma valorização exacerbada das relações familiares em detrimento da empresa, o que provoca brigas pelo poder e destrói as relações entre parentes", diz.

A prova de que há soluções para esses conflitos é a existência de gigantes controlados por famílias, como a rede de supermercados Pão de Açúcar, que nasceu pequena,

familiar, com uma única loja – uma doceria –, um único dono e um grande sonho. Esse, por sinal, é o elemento comum às empresas familiares, nem sempre alcançado. Mas, no Pão de Açúcar, levou à criação de uma das maiores redes de supermercados do país, com mais de 400 lojas distribuídas em todo o território nacional, com cerca de 50 mil pessoas. O grupo está na terceira geração de comando.

Para a presidente do Instituto da Empresa Familiar (IEF), Dorothy Nebel de Mello, o problema básico das empresas familiares é não ter fluxo de caixa nem possibilidades de financiamento. "Qualquer empréstimo bancário é uma corda no pescoço, e isso afeta as organizações em qualquer tentativa de crescimento e diversificação", diz. Outro problema apontado por Dorothy é o não-profissionalismo na gestão dos negócios. "Os principais problemas podem ser

Domingos Ricca: é importante diferenciar as relações familiares dos conflitos da empresa



Karina Menezes: não é fácil trabalhar em uma empresa familiar

resolvidos com a adoção de um planejamento estratégico e com controles de gestão."

Karina alerta que não é fácil trabalhar em uma empresa familiar. "Muitas vezes é necessário recorrer à mãe, que não faz parte diretamente da empresa, para ajudar a resolver questões de relacionamento familiar. Existem muitos problemas, embora as vantagens sejam inúmeras", relata Karine.

Tipos de empresa familiar

Existem três tipos básicos de empresa familiar. A tradicional, com capital fechado, pouca transparência administrativa e financeira, em que a família exerce um domínio completo sobre os negócios. A híbrida, na qual, embora o capital seja aberto, a família detém o controle. Nesse modelo, há maior transparência e participação na administração de pessoas não familiares. E, por último, a de influência familiar, em que a maioria das ações está em poder do mercado, mas a família, mesmo afastada da administração cotidiana, mantém uma influência estratégica por meio de participação acionária significativa.

Profissionalismo

Em muitas empresas familiares, o desejo de manter as coisas 'em família' e o medo de perder o controle dificultam a profissionalização do gerenciamento. Diante de um mercado cada dia mais competitivo, não há espaço para amadorismo, o que deixa a empresa em situação vulnerável no mercado. Segundo especialistas no assunto, uma empresa familiar, que se fecha para a entrada de sócios e executivos externos, dificilmente sobreviverá aos desafios do mercado.

A profissionalização pode acontecer com a contratação de profissionais externos ou com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de gestão, em que se adota um plano de capacitação e treinamento dos membros da família.

Para Ricca, a empresa familiar deve ser tratada como empresa e não como o quintal de casa: "A pro-



fissionalização é o instrumento que consegue diferenciar os interesses da família dos da empresa, de modo que se minimizem os conflitos".

Sucessão

A sucessão é um momento delicado para as empresas familiares. Ao mesmo tempo em que pode levar a empresa a novas perspectivas de atuação, pode representar o fim do negócio. É importante lembrar que nem sempre a vontade do pai é a vontade do filho.

Panorama Nacional

- Geradoras de 2 mil empregos formais diretos;
- Participação do PIB em 12% do segmento do agronegócio; 34% da indústria e 54% de serviços;
- O Brasil tem entre seis e oito milhões de empresas, das quais 90% desse total são empresas familiares;
- Perfil: da padaria ou tinturaria da esquina a grandes corporações como o grupo Votorantim e o Pão de Açúcar.

Panorama Mundial

- Das 500 maiores empresas americanas, 35% são familiares;
- Nos 35% das empresas familiares americanas, são gerados 75% dos empregos do país;
- Na Alemanha, as pequenas e médias empresas possuem 100% de controle familiar e são responsáveis por 2/3 dos empregos do país;
- Em todo o mundo, as empresas familiares são responsáveis por mais da metade dos empregos e, dependendo do país, geram de 50 a 75% do PIB.

A sucessão tanto pode levar a empresa familiar à falência como pode criar-lhe novas perspectivas de atuação

Embora seja recomendável planejar a sucessão antes que o fundador deixe de administrar a empresa ou faleça, nem sempre as empresas conseguem, pois muitas vezes o gestor confunde a empresa com a própria vida; e a saída do comando dos negócios pode representar a própria morte.

Para não prejudicar o futuro da organização, a sucessão do comando dos negócios deve ser uma decisão com a participação e conscientização de todos os familiares. Deve-se ter em mente que, apesar de ser uma empresa familiar, os assuntos e os problemas não devem ser misturados, pois isso prejudica não só o andamento dos negócios, mas também o relacionamento com os concorrentes. Esse

é o alerta dos especialistas. No caso da empresa familiar, continua valendo a velha máxima, “não se deve levar trabalho para casa” e a pauta não deve ser desviada para assuntos pessoais durante reuniões da empresa ou no ambiente de trabalho.

A empresa deve desenvolver um planejamento de sucessão familiar que tenha como ponto central a escolha do sucessor, orientado por critérios claros em defesa dos interesses da empresa. Os pontos críticos da sucessão, segundo Ricca, são: treinamentos, avaliação na escolha do perfil do sucessor, em relação ao que é exigido pela empresa e à associação do sucesso da empresa com a imagem do fundador.

Ricca aponta que, para a empresa não sofrer com o processo sucessório, é importante identificar as competências de cada cargo independentemente das pessoas que irão ocupá-lo. “Muitas vezes uma alternativa para acomodar as gerações que crescem exponencialmente é desenvolver um Conselho de Administração e deixar a gestão da empresa a cargo de um gestor profissional”, explica. ■

4 milhões

de profissionais de mais de **700.000** empresas possuem sua folha processada por nossos sistemas, em cerca de **11.000** escritórios contábeis e **6.000** empresas com o DP próprio.

15 anos de atuação nacional

Mais de **700** profissionais

Mais de **30.000** clientes em 2.000 municípios

Mais de **55** centros de atendimento

Mais de **5.400** dias dedicados ao desenvolvimento de eficientes soluções de gestão para você, contador, e empresas que buscam resultados efetivos.

Credibilidade
para a gente
Segurança
para você.

 **mastermaq**
www.mastermaq.com.br

Fenacon participa de debate sobre Lei Geral

Em São Paulo, entidade se reúne com Fórum em Defesa do Empreendedor para analisar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e propor sugestões de regulamentação ao Comitê Gestor

Como toda nova legislação, a Lei Geral traz alguns pontos que merecem ser analisados. O Fórum de Defesa do Empreendedor de São Paulo, em conjunto com um Grupo de Trabalho composto de representantes das entidades contábeis, da superintendência da Receita Federal do Estado de São Paulo, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, se reuniram, no dia 5 de fevereiro, na sede do Sescon-SP, para analisar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada no final do ano passado.

O presidente da Fenacon, Carlos Castro, ao participar da reunião, esclareceu que, além de alguns pontos da Lei Geral precisarem de regulamentação, toda nova legislação traz mudanças que levam tempo para serem entendidas e assimiladas. Ressaltou ainda que, durante todo o processo de discussão da Lei Geral, no Congresso Nacional, a Fenacon apresentou várias sugestões para melhorar o texto. Muitas foram acatadas, outras infelizmente não. "A Fenacon reconhece que a versão aprovada não é a melhor, mas é a lei possível, a lei que re-

presenta o consenso político. Embora ela deixe de contemplar sérias e justas reivindicações do setor de serviços, traz muitos benefícios para uma grande parte dos micros e pequenos empresários, o que representa uma vitória para o segmento", concluiu.

Carlos Castro destacou também que este é o momento de as entidades e os órgãos interessados no assunto trabalharem em conjunto para que a Lei Geral seja implantada o quanto antes. A Fenacon já fez contatos com parlamentares, em especial com o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da Lei Geral, para discutir os pontos polêmicos da lei.

O Fórum aprovou a elaboração de documento contendo as reivindicações para apresentação aos presidentes da Comissão de Tributação e Finanças e da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados.

Entidades discutem a Lei Geral em reunião



Fenacon tem novo portal

Com novo *layout* e apresentação, o site da Fenacon traz informações atualizadas sobre a atuação da entidade

Atenta às mudanças nas tecnologias da informação, a Fenacon dispõe de um novo portal, que acaba de ser colocado no ar. A reformulação do portal faz parte do projeto de comunicação integrada que a Fenacon vem desenvolvendo nos últimos dois anos.

Além de um visual mais leve e atraente, o novo portal traz informações atualizadas sobre a instituição. Uma das novidades do site é a ferramenta de atualização que permite inserir notícias de forma muito mais rápida. Dessa forma, a cada dia, o leitor vai encontrar informações novas postadas no www.fenacon.org.br. Desse modo, o portal passa a servir de guia para o corpo diretivo, filiados e parceiros da entidade.

Ao aportar no site da Fenacon, o visitante, além de conhecer o andamento das principais ações da entidade, saberá o que ela faz e quais são os objetivos da Fenacon, tudo isso em uma organização visual que reflete a imagem da entidade, isto é, seu comprometimento com a promoção do setor de serviços, da boa gestão empresarial e financeira, da justiça fiscal e tributária e da busca por políticas de desenvolvimento com inclusão social.

Para reforçar essa imagem, tanto o que se apresenta de imediato, ao se deparar com a página,



quanto os *links* inspiram no leitor-navegador a confiança de que ali encontrará informações relevantes, atualizadas, de fontes confiáveis, por meio de textos de fácil assimilação.

No tópico “Institucional”, a entidade é apresentada, por meio de sua história, diretoria (atual e anteriores), estrutura administrativa, sindicatos filiados e categorias representadas. Na parte das publicações, é possível encontrar a Revista Fenacon em Serviços, o Fenacon Notícias e o Press Clipping.

Outra novidade do Portal é o “Ponto de Vista”, um espaço reservado a especialistas, em áreas de interesse do setor de serviços, para exporem seus conhecimentos específicos em forma de artigos.

Para Carlos Castro, presidente da Fenacon, ao colocar no ar seu novo portal, a Fenacon “busca fazer com que o vínculo entre entidade e filiados se estreite ainda mais. Onde está escrito ‘home’ em um portal qualquer, essa palavra quer dizer apenas ‘página inicial’. Mas, no nosso caso, quer dizer ‘casa’ mesmo, que o empresário, o dirigente sindical está em casa. Ali ele pode se inteirar de tudo o que lhe diz respeito, além de saber o que estamos fazendo. Essa é a idéia do portal”.



De olho no novo Congresso

Acompanhar de perto as ações do Congresso Nacional foi uma das motivações para a transferência da sede para Brasília. Na legislatura que acaba de findar, muitas foram as oportunidades em que a Fenacon se fez presente, tanto com a apresentação de pareceres técnicos, quanto com a solicitação de intervenções de parlamentares afiados com as causas do setor de serviços, micro e pequena empresa, desburocratização e redução de tributos.

Essa interação deverá continuar com os parlamentares do período 2007-2010, como destaca o vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, que prestigiou a posse dos novos deputados, no dia 1º de fevereiro, em Brasília: "Além de cumprimentar os parlamentares – novos e

reeleitos –, aproveitei a oportunidade para apresentar a Fenacon e as principais demandas do setor de serviços", explica.

Com o texto abaixo exposto em *front light* próximo ao aeroporto de Brasília, a Fenacon deu as boas-vindas aos parlamentares.

**Srs. Parlamentares,
Bem-vindos à legislatura 2007-2011.
O Brasil depende do vosso
trabalho e dedicação.**



www.fenacon.org.br

NÃO DEIXE O SEU CONFORTO PARA DEPOIS

Condicionador de Ar Split Komeco
7000 BTU's - Frio
KO S07FC



frete grátis*

*Excluído para AC, AM, AP, MA, PI, RO e RR.



PREÇOS IMBATÍVEIS!

10x
sem juros de
apenas

R\$ 98,90
ou **R\$ 989,90**
a vista

CONFIRA TAMBÉM OUTRAS PROMOÇÕES
9.000, 12.000, 18.000 e 24.000 BTU's

2 anos de
garantia

ISO 9001

**LIGUE AGORA PARA 0800 727 4012
E FAÇA JÁ O SEU PEDIDO!**

AMPLIO SHOP

Consulte-nos para saber se sua região é coberta pela rede credenciada Komeco. Promoção válida até 31/03/2007.

REGIÃO SUL

Sescon-Santa Catarina

Artêmio Ortigara é o 17º diretor regional do Sescon-SC

**Artêmio
recebe os
cumprimentos
de Luiz
Martello**

Sua posse aconteceu em 8/12/2006, em Concórdia, com a participação de empresários, autoridades e representantes de entidades de classe. No dia anterior (7/12/2006), foi estabelecida a diretoria da região de Xanxerê, quando tomou posse Gelmiro

Sassanovicz. Conforme o planejamento estratégico da entidade, agora só faltam duas regionais - Brusque e Criciúma - para cobrir 100% o território catarinense.

Na ocasião da posse, já por indicação do novo diretor regional, o presidente do Sescon-SC entregou à representante da APAE, de Concórdia, um cheque referente à primeira das doze parcelas que o Sescon-SC doará à instituição. E, com isso, subiu para 14 o número de entidades apoiadas pelo sindicato.

A instalação das diretorias criou um vínculo de interação entre o sindicato, associados e filiados, e, principalmente, elevou o número de empresas associadas. A viabilidade das regionais se dá por meio do convênio firmado com a Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina (Fecontesc) e com o Conselho Regional de Contabilidade (CRCSC), que consolidam o projeto de tornar a entidade estadual.

**Sescon-Blumenau****Sescon Blumenau inicia treinamento sobre a DIRF**

O Sescon Blumenau promoveu, em 19 de janeiro, o curso DIRF e Declarações Anuais - Ano Base 2006. O evento aconteceu no auditório do bloco "J" da FURB, com duração de 7 horas, ministrado pela contadora Anelore Beltramini Tolardo.

**Treinamento
sobre a
DIRF**

Os 73 participantes receberam informações sobre:

- Dirf – Demonstrativo de Imposto Retido na Fonte
- Prazo de entrega e formas de envio



- Quem deve declarar e quem deve ser declarado
- Dados e valores a serem informados
- Exercício prático com dados de 2006
- Dicas para checagem dos valores
- Como baixar o programa Dirf e Receitanet do site da Receita
- Programa Validador, informações, possíveis erros e avisos
- Recibo de entrega, guarda de documentos, multas
- Informe de rendimentos
- Prazo de entrega
- Para quem deve ser emitido? Pessoas físicas e jurídicas
- Dados e valores a serem informados
- Exercício prático com dados de 2006
- Como emitir no programa Dirf

Para o mês de janeiro, ainda temos previstos os seminários sobre a Lei Geral e sobre contabilidade para construtoras e, para fevereiro, um curso sobre ICMS e o Estatuto Nacional da ME e EPP, SuperSimples, LC nº 123/2006, pelo Projeto de Educação Continuada das entidades contábeis do estado.

Sescon-Grande Florianópolis

Sescon Grande Florianópolis tem novo presidente

Tomou posse no dia 9 de janeiro o novo presidente do Sescon Grande Florianópolis, Augusto Marquart Neto, para a gestão de 2007/2009. Cerca de 300 pessoas compareceram à cerimônia de posse, realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade, em Florianópolis.

A partir de agora, Augusto pretende dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na gestão passada pelo então presidente Maurício Melo, como, por exemplo, a campanha do CPF, que, no ano passado, atendeu gratuitamente 5 mil pessoas; o Balcão Sebrae e os cursos de Ação Continuada, em parceria com o CRC-SC. "Temos por obrigação prestar um bom serviço para a entidade, sem qualquer outra intenção, formando assim uma união de esforços e responsabilidades na busca do que é bom e melhor para todos", comentou Augusto.

O ex-presidente deixou o cargo satisfeito com os resultados alcançados em sua administração, como, por exemplo, o crescimento do número de associados, a consolidação dos núcleos regionais e o sucesso em diversas ações políticas e sociais. "Só

tenho que agradecer toda a minha diretoria, o apoio do Sistema Fenacon, dos Sescons, dos Sescaps e dos associados", finaliza.

Presidentes de diversos Sescons prestigiam a posse da nova diretoria, entre eles o presidente do Sescon Rio de Janeiro, Guilherme Tostes; do Paraná, Mário Elmir Berti; da Serra Gaúcha, Celestino Oscar Loro; de Santa Catarina, Luiz Antônio Martello; e de Blumenau, Gelásio Francener, além do vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon; do vice-presidente da região Sul da Fenacon, Renato Francisco Toigo; do presidente do Conselho de Contabilidade de Goiás, Edson Cândido Pinto; do conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro; e do presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, Nilson J. Goedert.



Autoridades presentes à posse do novo presidente do Sescon-Grande Florianópolis

Sescap-Paraná

SESCAP-PR expande emissão de Certificado Digital

Com a expansão dos serviços da Receita Federal pela internet, o uso do certificado digital é um caminho sem volta. Por enquanto, é obrigatório apenas para os contribuintes sujeitos à entrega de DCTF mensal, mas "pode ser que, ao longo do tempo, a Receita estabeleça obrigatoriedade do uso do certificado a outros contribuintes", afirma o delegado Vergílio Concetta.

Ao perceber essa tendência, o Sescap-PR passou a emitir o certificado digital para as pessoas físicas e jurídicas, em meados de 2006. O serviço, realizado em parceria com a Certisign - Certificadora Digital, está sendo levado também para o interior do Estado, onde a entidade possui escritórios regionais.

Vergílio Concetta lembra que a certificação digital oferece duas vantagens significativas no mundo moderno: rapidez e segurança. Rapidez, porque torna possível ao contribuinte resolver em poucos minutos uma situação que pelas vias tradicionais po-

deria levar dias, até sua resolução definitiva. Segurança, porque, na troca de informações sigilosas pela internet, tem a garantia de que elas não serão lidas por terceiros (privacidade) nem serão alteradas no caminho que percorrerem (integridade). "Em 2006, foram realizados 16 milhões de acessos pelos portadores de certificados digitais."



O delegado Vergílio Concetta apresentou as novidades da Receita Federal aos empresários, no auditório do Sescap-PR

REGIÃO NORDESTE

Sescap-Bahia

Planejamento Estratégico para o Biênio 2007/2008

Com a chegada de 2007, o Sescap-Bahia inicia suas atividades com a execução do Planejamento Estratégico para o biênio 2007/2008, realizado nos dias 20 e 21 de outubro de 2006. Durante dois dias de reuniões, houve a participação da diretoria e de membros do conselho-fiscal, de colaboradores e dos consultores da empresa Projecmarck Ensino Empresarial e Consultoria.

Pontos como ações de expansão da base de associados, estratégias utilizadas perante os poderes constituídos, ações para oferecimento de produ-

tos e serviços aos associados, investimento em recursos humanos, vamente, sempre atrelados à realidade financeira. O Planejamento Estratégico foi desenvolvido com o intuito de estabelecer as diretrizes estratégicas do Sindicato para os próximos dois anos, além dos projetos em andamento e dos projetos futuros, diretamente relacionados com a sustentabilidade do Sindicato.

Ser referência nacional como entidade sindical inovadora e respeitada pelos poderes públicos e pela sociedade civil é a visão do Sescap-Bahia para 2007.

Sescap-Bahia assina convenção coletiva com o Sindpec-BA

O Sescap-Bahia assinou, no dia 22 de dezembro de 2006, a Convenção Coletiva com o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia (Sindpec-BA), após três anos de negociações.

A assinatura da Convenção Coletiva de 2004/2005 significou uma das metas prioritárias das di-

versas traçadas pela diretoria que assumiu o Sescap-Bahia em 27 de abril de 2004. Para atingir tal objetivo, foi nomeada uma comissão formada por associados, para que, coordenados pela diretoria de Assuntos Legislativos, redigissem a convenção, para ser levada à discussão, à aprovação e, consequentemente, à sua assinatura.

REGIÃO SUDESTE

Sescon-Baixada Santista

Sescon-BS realiza festa de final de ano

Em parceria com a Associação dos Contabilistas de Santos (ACS), o Sescon Baixada Santista realizou jantar de confraternização de final de ano no dia 8 de dezembro. O evento foi promovido na sede social da entidade, em Santos, e reuniu associados, empresários e convidados. Não faltou também a presença do Papai Noel. Na oportunidade, o presidente do Sescon-BS e presidente da ACS, Orival da

Cruz, revelou que o título de Contabilista de 2005 será entregue à contadora e empresária Vera Lúcia Rodrigues Stoffel, diretora-financeira do Sindicato. O título é o mais tradicional do segmento contábil e, anualmente, marca a passagem do Dia do Contabilista, comemorado em 25 de abril, oportunidade em que se destacam os profissionais prestadores de relevantes serviços à categoria e à sociedade.

Sescon-Campinas

Sescon-Campinas participa de reunião do Codecon

O presidente do Sescon-Campinas, José Homero Adabo, participou, no último dia 17 de janeiro, da reunião ordinária do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte do Estado de São Paulo (Codecon), oportunidade em que foi ministrada por técnicos da Secretaria de Fazenda a palestra Projeto da Nota Fiscal Eletrônica. No evento, o presidente

Adabo disse que os técnicos devem proceder a uma implantação gradual, para adaptação das empresas de contabilidade no atendimento a seus clientes, já que haverá necessidade de investimentos em tecnologia da informação, além da mudança radical dos paradigmas até então vigentes no uso de documentos fiscais.

Sescon-SP empossa nova diretoria

Justiça tributária, transparência e necessidade de um melhor controle dos gastos públicos foram algumas das prioridades apontadas pelo novo presidente do Sescon-SP e do Aescon-SP, José Maria Chapina Alcazar, ao ser empossado, no último dia 9 de fevereiro, juntamente com a Diretoria-Executiva, o Conselho-Fiscal e a Delegação Federativa para a gestão 2007-2009.

A cerimônia também marcou o 58º aniversário das duas entidades, cujo quadro de filiados hoje totaliza cerca de 47 mil empresas em todo o estado de São Paulo.

“Esses números demonstram, por si só, o desafio da missão a nós confiada”, disse Chapina, dirigindo-se aos companheiros da nova diretoria, membros do Conselho-Consultivo e representantes das entidades congraçadas do setor contábil.

Entre os cerca de 800 convidados que compareceram ao Clube Monte Líbano, também estiveram dirigentes de entidades integrantes do Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor e autoridades como o deputado federal Arnaldo Faria de Sá; Guilherme Afif Domingos, secretário do Trabalho; Rogério Amato, secretário de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social; entre outros.

Em seu discurso, Chapina lembrou ainda que uma das metas de sua gestão será a continuidade na reversão de um quadro equivocado, que associa as



empresas contábeis ao mero cumprimento da burocracia estatal, “um erro que se agravou no decorrer dos últimos anos por variados motivos”, afirmou.

O verdadeiro papel do setor, segundo ele, é atuar em parceria com o negócio do cliente, necessidade do mercado que levará o Sescon-SP e a Aescon-SP a manter entre seus objetivos o investimento na ampliação do corpo técnico e no desenvolvimento de instrumentos que proporcionem aos associados pleno desenvolvimento educacional, bem como o acesso ao conhecimento técnico indispensável.

“Continuar o trabalho de fortalecimento institucional das suas entidades, tarefa brilhantemente conduzida pela diretoria que ora se despede, será igualmente um objetivo nosso”, frisou o novo presidente.

Autoridades presentes à solenidade de posse da nova diretoria do Sescon-SP

Sescon-ES inaugura sede própria

O Sescon-ES inaugurou, em 2006, sua sede, com a presença de representantes da Fenacon e de várias entidades representativas da classe empresarial capixaba (Federação da Indústria, Federação do Comércio, Câmara de Diretores Lojistas, CRC-ES, Junta Comercial e entidades parceiras). O presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, juntamente com o presidente do Sescon-ES, descerrou a placa afixada na recepção, alusiva à ocasião, com destaque para a participação especial, o empenho e a dedicação dos diretores Dolores Zamperlini, Paula Koeler, Evaldo Bortolini, Luiz Carlos Amorim, Moacyr Edson de Ângelo e Jacintho Soella Ferrighetto. O presidente do Sescon-ES, Rider Rodrigues Pontes, disse que essa conquista foi fruto de uma gestão de muito trabalho, resgate de credibilidade, aproximação com as Secretarias de

Fazenda estadual e municipal, dedicação e rígido controle de contas e orçamento. “A conquista da nova casa deixou todos os diretores e associados mais vaidosos. A inexistência de um espaço à altura de nosso valor profissional era uma lacuna que incomodava. Sem, no entanto, trabalho e participação de todos, as conquistas ficam muito difíceis. Senti na pele, em muitos momentos, o que significam ausências, falta de colaboração, etc... mas superamos, sem, em momento algum, pensar em abandonar o barco. Vale a pena!”

No dia 14 de dezembro de 2006, o Sescon-ES ficou honrado em poder receber, já em sua nova casa, a diretoria da Fenacon, para sua última reunião de 2006. Participou do encontro toda a diretoria da Fenacon, presidida pelo Sr. Carlos José de Lima Castro.

2^a Coesc reúne empresários



Mesa de
abertura da
2^a Coesc

A 2^a Convenção Estadual das Empresas de Serviços Contábeis (Coesc), realizada nos dias 16 e 17 de novembro, no Hotel Fazenda São Moritz, em Teresópolis, reuniu empresários contábeis de todo o estado e representantes de outros Sescons para um evento de protesto contra a imensa burocracia e carga tributária que afetam diretamente escritórios de contabilidade, seus clientes e, por consequência, o desenvolvimento não apenas do estado, mas de todo o país. A 2^a Coesc foi uma iniciativa do Sescon/RJ, com o patrocínio da Prosoft e apoio da Fenacon, do Sescon Sul Fluminense, do Cenofisco, da OCF Informática, da Alterdata, da Nasajon Sistemas, da Serasa e do Sesc-RJ.

A mesa da solenidade de abertura foi formada pelo presidente do Sescon/RJ, Guilherme Tostes; pelo coordenador da 2^a Coesc e vice-presidente do Sescon/RJ, Helio Cezar Donin; pelo vice-presidente

da Fenacon para a região Sudeste, Sauro Henrique de Almeida; pelo superintendente da Receita Federal da 7^a Região no estado do Rio, César Augusto Barbiero; pela presidente da Unipec, Nelma Bello Goulart, como representante também do CRC-RJ; e pelo presidente do Sescap-PR, Mário Berti, como representante dos demais Sescons. Estiveram presentes também os secretários municipais de Sumidouro, Poty Gomes Jasmim Junior, de Administração, e Silmar dos Santos Serafim, de Obras.

Durante a sessão solene, o presidente, Guilherme Tostes, destacou a necessidade de troca de idéias e do amadurecimento conjunto, motivos de as pessoas se reunirem, como naquele momento. Ressaltou também que o empreendedor de verdade é aquele com capacidade de investir tempo e recursos na empresa e em si. Fez um agradecimento especial ao coordenador, Helio Donin, pela realização do evento.

Em seguida, o presidente Guilherme Tostes prestou homenagem ao empresário contábil Manuel Domingues e Pinho, fundador da Domingues e Pinho Contadores, fundador e diretor do GBrasil, Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, por sua atuação destacada tanto no meio contábil nacional e internacional, como em áreas diversas.

Na programação do evento, foram abordados temas como Nota Fiscal Eletrônica, Responsabilidade Social, Motivação, Liderança e Gestão do Estresse, Uso Produtivo e Seguro da Internet em Escritórios de Contabilidade e Protesto contra a Carga Tributária e Burocracia.

REGIÃO NORTE

Sescon-Pará

Sescon-PA faz palestra sobre SPED

O Sescon/PA realizou no dia 29/9/2006, no auditório do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, o curso sobre Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), cujo objetivo é informar sobre os projetos de Escrituração Contábil Digital e Escrituração Fiscal Digital. Foi ministrado por Nivaldo Cleto, contador, diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon. O assunto teve como público-alvo auditores, contado-

res, consultores, advogados, pessoas que militam na área fiscal e tributária das empresas e contou com a presença do presidente do Sindicato, Paulo Otavio Bastos Baker; do vice-presidente, Adamor Pereira de Deus; do diretor-financeiro, Marcelo Afonso de Souza Matos; do diretor adjunto, Mario Elídio de Melo Gusmão; da secretaria do sindicato, Celiana Silva; e dos participantes. Ao final do curso, foi oferecido um coquetel a todos.

Sescon-MS faz declarações de isentos

O Sescon/MS e o Instituto Campo Grande de Ensino Superior (ICG) realizaram em 29/11/2006, em um estande montado na Feira Central de Campo Grande/MS, a transmissão on-line de 136 Declarações de Isentos para a Secretaria da Receita Federal e, ainda, esclareceu dúvidas de muitas pessoas.

Com essa parceria, o Sescon pôde levar às pessoas sem acesso à internet e àquelas que não se davam conta do prazo-limite para a entrega (30/11/

2006) a facilidade de estarem passeando e aproveitar a oportunidade e fazer sua declaração de isento.

Acreditamos que trabalhos dessa natureza, prestados à sociedade, ajudam a conscientizar as pessoas que não dão a devida importância à obrigatoriedade do cadastramento do Cadastro de Pessoa Física (CPF), mas, ao se depararem com a prestação desse tipo de serviço em um local público, aproveitam para cumprir sua obrigação.

Sescon-MS apóia realização do Feirão do Imposto

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Mato Grosso do Sul (Sescon/MS), por intermédio de sua diretoria, prestou seu apoio ao "Feirão do Imposto". O Feirão foi realizado, em 25/11/2006, pela Confederação Nacional de Jovens Empresários (Conaje), pela Associação Comercial e Industrial de Campo Grande e pelo Conselho de Jovens Empresários de Campo Grande.

Em um estande montado no estacionamento do Shopping Campo Grande, em frente à Praça de Alimentação, as mercadorias foram expostas em prateleiras, mas, em vez de exibirem na etiqueta o preço, traziam o percentual de tributos incidente sobre

elas. "É uma maneira didática de conscientizar as pessoas dos impostos que incidem em casca-ta e encarecem tudo", explica Rodrigo Bogomil, um dos organizadores do "Feirão do Imposto". Uma iniciativa idêntica a essa aconteceu nessa mesma data em 122 cidades brasileiras.



Feirão do Imposto

1º Encontro Interativo de Contabilidade

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Mato Grosso do Sul (Sescon-MS) realizou o 1º Encontro Interativo de Contabilidade sobre o tema A Contabilidade Contemporânea: Informação e Tecnologia.

O evento foi realizado nos dias 22 e 23/11/2006, na Uniderp-Ceará, blocos V e VII, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de MS (CRC-MS) e a Uniderp Interativa/Curso de Ciências Contábeis e transmitido para 11 estados brasileiros via satélite, com participação de aproximadamente 1.500 pessoas. Os participantes assistiram às seguintes palestras: Dia 22/11/06 – A Importância

da Contabilidade na Empresa Moderna, com o prof. Dr. José Carlos Marion, titular do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP e coordenador do curso de Ciências Contábeis do IMES. Autor e co-autor de 25 livros na área contábil-financeira. E dia 23/11/06 – Certificação Digital: O Que É? Para Que Serve? Onde Já é Usada? Mitos e Realidades sobre essa Tecnologia, com o prof. Mauro Pinheiro, especialista em Gestão de Negócios; e Gestão Eficaz na Contabilidade: Serviços Nota Dez, com o contador, professor, mestre e doutor em Gestão Financeira de Empresas, Nivaldo Soares de Souza, coordenador de vários cursos de graduação e pós-graduação e consultor da BR Petrobras.

Gigantes da motivação

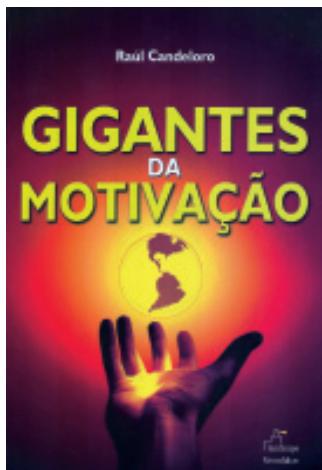
Funcionários desmotivados? Vendas em queda? Negócios perdidos? Clima interno da empresa ruim? Gigantes da Motivação. Esse é o nome do livro, organizado por Raúl Candeloro, que reúne dicas e conselhos de 25 grandes especialistas na área, sobre os reais motivos para ser mais feliz na empresa, na carreira e nos relacionamentos.

Dividida em 25 artigos, a obra oferece, ao final de cada um, uma tabela, com os principais pontos citados pelos especialistas. As mais de 140 páginas trazem temas interessantes e úteis, como desafiar para motivar, transformar a motivação em diferencial competitivo, descobrir a verdadeira motivação, a motivação como fator para impulsionar a carreira profissional e a importância de manter um bom relacionamento com as pessoas.

Entre os 25 textos que compõem a obra, os autores destacam que o dinheiro não é o principal fator de motivação. Estabilidade econômica e financeira é importante, mas as pessoas também se esforçam para conseguir se realizar profissionalmente. E essa realização pressupõe: ter reconhecimento; receber tratamento adequado, justo; ser ouvido; ter desafios e novas oportunidades; sentir orgulho do próprio trabalho; ter condições de trabalho adequadas; ter a sensação de ser útil; ser aceito como é.

Segundo um dos 25 gigantes da motivação, o autor Roberto Vieira, “dizer sempre que vai dar tudo certo” relaxa, inspira, dá esperança e contribui para trazer à tona o melhor da criatividade das pessoas.

A obra Gigantes da Motivação vai ajudar você a traçar uma caminhada de herói, a abrir mais seus olhos e guiar seus passos, além de incentivá-lo a tomar decisões certas e corajosas que, por um motivo ou outro, você esteja adiando. A forma como cada um encara a vida, tanto pessoal quanto pro-



Gigantes da Motivação
Raul Candeloro
Editora Landscape
R\$ 19,90

fissional, interfere diretamente nas experiências vivenciadas e nos resultados alcançados. Sua leitura ensinará você a ser mais feliz na vida profissional e nos relacionamentos.

Gigantes da Motivação pretende ajudar a planejar estratégias para impulsionar os colaboradores a obterem melhor desempenho e a tornar um profissional melhor.

Os 25 autores da obra, além de mostrarem o caminho para você se tornar uma pessoa motivada, dão dicas para você descobrir sua verdadeira motivação e transformá-la em um diferencial competitivo. Segundo Armando Correa, um dos autores, o desafio na vida organizacional conta com a sabedoria de quem lidera, a quem cabe considerar o que cada pessoa é e pretende ser.

Segundo Edvan Silva, o quinto gigante da motivação, fala da importância do elogio para motivar uma equipe de trabalho. E dá dicas como: uma das melhores formas de transmitir a motivação e ser motivado é dar e receber elogios; quanto maior sua capacidade de elogiar, maiores suas chances de chegar à satisfação pessoal e profissional; ao invés de só procurar motivos para criticar, torne-se um especialista em encontrar motivos para elogiar; se elogie e elogie os outros; faça disso um hábito e não economize.

Os 25 Gigantes da Motivação são: Armando Correa Neto, Carlos Hilsdorf, César Romão, César Souza, Edivan Silva, Erik Penna, Eugênio Mussak, Floriano Serra, Gisela Kassoy, Gonçalo Pontes Jr., Gustavo Andrade, José Luiz Tejon, Joseraldo Furlan, Lair Ribeiro, Leila Navarro, Maria Inês Felippe, Ómar Souki, Paulo Angelim, Paulo Araújo, Prof. Gretz, Roberto Recinella, Roberto Vieira Ribeiro, Rodrigo Cardoso, Rosana Braga e Wilson Mileris.



Torne sua vida mais fácil

Autor: Tolly Burkan - Editora Gente

A obra "Torne sua vida mais fácil", de autoria do norte-americano Tolly Burkan, defende que ações simples, ao serem colocadas em prática, podem criar uma vida extraordinária.

Atitudes como dizer a verdade, manter a sua palavra e se responsabilizar por seus atos são o princípio da transformação para simplificar a vida diária.

Tolly Burkan ensina como dominar a arte de simplesmente deixar que tudo o que há de bom aconteça, sem barreiras, dificuldades ou transtornos.

Empresa de corpo, mente e alma

Autor: Roberto Tranjan - Editora Gente

Um livro destinado aos empresários brasileiros, que leva em consideração a realidade nacional: escassez de capital, falta de opções de financiamento e as mudanças constantes na política econômica.

O autor, Roberto Tranjan, apresenta ferramentas necessárias para a construção de uma empresa, com uma metodologia que proporciona visão sistêmica e permite diagnosticar as verdadeiras causas dos problemas organizacionais.



Integratto

precisão em software contábil

CONTABILIDADE

- Acesso a exercícios anteriores.
- Segunda moeda.
- Plano de contas contábil e gerencial.
- Gráfico de orçado/realizado.
- Controle de patrimônio.
- DOAR/LALUR.

FOLHA DE PAGAMENTO

- Controle total de DP.
- Módulos de ponto e PPP.
- Rápida inserção de folhas anteriores.

ESCRITA FISCAL

- Emissão do REMAS e RAPIS.
- Exportação para o SINTEGRA.
- Lançamentos fiscais de ajustes.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

- Controle de protocolo.
- Cobrança de honorários e outros serviços.
- Controle bancário.
- Contas a pagar e receber.



CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA CONTADORES

Veja demonstração online em: www.nasajon.com.br



RJ: (21) 2213-9310 - SP: (11) 3266-2366 - MG: (31) 3273-3527 - AM: (92) 3232-4759 - Demais localidades: 0800 217070

SINDICATOS FILIADOS

SESCAP - ACRE

Presidente: Sérgio Castagna

End.: Av. Getúlio Vargas, 2134, Sls. 208/9, Bosque CEP: 69908-560 - Rio Branco/AC - Tel.: (68) 3223-3452
sescapac@ibest.com.br - www.scastagna@ibest.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - ALAGOAS

Presidente: Milene Rocha da Silva

End.: Av. Comendador Francisco Amorim Leão, 240 A, Galeria Jardim Alagoas Center, Sl. 05, Farol - CEP: 57050-080 Maceió/AL - Tel.: (82) 3338-2021 - sescap.al@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

SESCAP - AMAPÁ

Presidente: Márcio Lélia P. do Nascimento

End.: Av. Manoel Pacífico Cantuária, 50, Pascoval CEP: 68908-275 - Macapá/AP - Tel.: (96) 3223-1604
sescap_ap@hotmail.com - www.sescapamapa.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - AMAZONAS

Presidente: Wilson Américo da Silva

End.: Rua Ramos Ferreira, 664 A, Centro - CEP: 69010-120 Praça da Saudade/AM - Tel.: (92) 3233-1807
sesconam@vivax.com.br - Cód. Sindical: 002.365.91072-0

SESCAP - BAHIA

Presidente: Fernando César Passos Lopo

End.: Av. Antonio Carlos Magalhães, 2.573, Sl. 1.205/6 Ed. Royal Trade, Candeal de Brotas - CEP: 40289-900 Salvador/BA - Tel.: (71) 3452-4082
sescapba@escap-ba.org.br - www.sescap-ba.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - BAIAXADA SANTISTA

Presidente: Orival da Cruz

End.: Av. Conselheiro Nébias, 592, Boqueirão CEP: 11045-002 - Santos/SP - Tel.: (13) 3222-4839
sesconbs@sesconbs.org.br - www.sesconbs.org.br
Cód. Sindical: 002.365.97194-0

SESCON - BLUMENAU

Presidente: Gelson Francener

End.: Rua 15 de Novembro, 550, 10º andar, Sl. 1.009/1.010 CEP: 89010-901 - Blumenau/SC - Tel.: (47) 3326-0236
sesconblumenau@sesconblumenau.org.br
www.sesconblumenau.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

SESCON - CAMPINAS

Presidente: Carlos José Tozzi

End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2º andar, Sl. 22, Ed. Sada Jorge, Centro - CEP: 13015-201 - Campinas/SP Tel.: (19) 3239-1845 - sesconcampinas@uol.com.br
www.sesconcampinas.org.br

SESCAP - CEARÁ

Presidente: Prefeitoxo S. Quaresma

End.: Av. Washington Soares, 1.400, Sl. 401, Edson Queiróz - CEP: 60811-341 - Fortaleza/CE Tel.: (85) 3273-5083 - sescapce@escapce.org.br
www.escapce.org.br - Cód. Sindical: 002.365.88157-7

SESCON - DISTRITO FEDERAL

Presidente: Paulo Cesar Terra

End.: SHCS CR, Qd. 504, Bl. C, Subsolo, Lj. 60/64, Asa Sul, Entrada W2 - CEP: 70331-535 - Brasília/DF Tel.: (61) 3226-1269 - sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br - Cód. Sindical: 002.365.04303-2

SESCON - ESPÍRITO SANTO

Presidente: Rider Rodrigues Pontes

End.: Rua Marcelino Duarte, 100, Ed. Martinho de Freitas, Sl. 1105/1111, Centro - CEP: 29010-361 - Vitoria/ES Tel.: (27) 3223-4936 - sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br - Cód. Sindical: 002.365.04904-9

SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Presidente: Augusto Marquart Neto

End.: Rua Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Ed. Dias Velho, Centro - CEP: 88010-903 Florianópolis/SC Tel.: (48) 3222-1409 sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

SESCON - GOIÁS

Presidente: Edson Cândido Pinto

End.: Rua 61, n° 146, Centro (Térreo) - CEP: 74045-080 Goiânia/GO - Tel.: (62) 3212-4477
sescngoias@sescngoias.org.br - www.sescngoias.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

SESCAP - LDA

Presidente: José Joaquim Martins Ribeiro

End.: Rua Senador Souza Naves, 289, Sobreléo, Ed. Euclides Machado - CEP: 86010-914 - Londrina/PR Tel.: (43) 3239-3473 - sescapldr@escapldr.com.br
www.escapldr.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

SESCAP - MARANHÃO

Presidente: Gilberto Alves Ribeiro

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Sl. 201, Retorno do Calhau, Casa do Trabalhador - CEP: 65074-220 São Luís/MA - Tel.: (98) 3236.6971
sescapma@escapma.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

SESCON - MATO GROSSO

Presidente: Moacyr Rosa Coelho

End.: Rua Hollywood, 552, Jardim Califórnia, CEP: 78070-340 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3634-8371
sesconmt@terra.com.br - www.sescon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - MATO GROSSO DO SUL

Presidente: Carlos Rubens de Oliveira

End.: Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681, Jardim Monumento - CEP: 79071-030 Campo Grande/MS Tel.: (67) 3387-6094 / 3387-5489
sescomms@sescomms.org.br - www.sescomms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - MINAS GERAIS

Presidente: João Batista de Almeida

End.: Av. Afonso Pena, 748, 24º andar, Centro CEP: 30130-003 Belo Horizonte/MG - Tel.: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br - www.sescon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - PARÁ

Presidente: Paulo Otávio Bastos Baker

End.: Av. Presidente Vargas, 640, 5º andar, Sl. 01, Ed. Selecto, Campina - CEP: 66017-000 - Belém/PA Tel.: (91) 3212-2558 - sesconpa@nautlius.com.br
www.sescon-pa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

SESCON - PARAÍBA

Presidente: Rommel de Santana Freire

Av. Miguel Couto, 251, Sl. 1003, Ed. Vila Del Mar, Centro CEP 58010-770 - João Pessoa/PB - Tel.: (83) 3242-1128
sesconpb@gmail.com - Cód. Sindical: 002.365.90755-0

SESCAP - PARANÁ

Presidente: Mário Elmir Berti

End.: Rua Marechal Deodoro, 500, 11º andar, Edifício Império, Centro - CEP: 80010-911 - Curitiba/PR Tel.: (41) 3222-8183 - sescap-pr@escap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br - Cód. Sindical: 002.365.88248-4

SESCAP - PERNAMBUCO

Presidente: Adelvani Braz da Silva

End.: Rua José Aderval Chaves, 78, 4º andar, Sls. 407/8, Boa Viagem - CEP: 51111-030 - Recife/PE Tel.: (81) 3327-6324 - sescappe@sescappe.org.br
www.sescappe.org.br - Cód. Sindical: 002.365.88145-3

SESCON - PIAUÍ

Presidente: José Raulino Castelo Branco Filho

End.: Av. José dos Santos e Silva, 2090, Sl. 102, Centro, CEP: 64001-300 - Teresina/PI - Tel.: (86) 3222-6337
raulino@veloxmail.com.br - Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - PONTA GROSSA

Presidente: Aguinaldo Mocelin

End.: Rua XV de Novembro, 301, 6º andar, Sl. 67/68, Ed. Dr. Elyseu - CEP: 84010-020 - Ponta Grossa/PR Tel.: (42) 3028-1096 - sesconpg@interponta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91178-6

SESCON - RIO DE JANEIRO

Presidente: Guilherme Testes

End.: Av. Passos, 120, 7º andar, Centro CEP: 20051-040 - Rio de Janeiro/RJ - Tel.: (21) 2233-8899
sesconrj@sescon-rj.org.br - www.sescon-rj.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

SESCON - RIO GRANDE DO NORTE

Presidente: Edson Oliveira da Silva

End.: Rua Romualdo Galvão, 986 - Lagoa Seca CEP 59056-100 - Natal/RN - Tel.: (84) 3201-0708
sescon@sescon-m.com.br - www.sescon-m.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91069-0

SESCON - RIO GRANDE DO SUL

Presidente: Luiz Carlos Bohn

End.: Rua Augusto Severo, 168, São João CEP: 90240-480 - Porto Alegre/RS - Tel.: (51) 3343-2090
sescon-rs@sescon-rs.com.br - www.sescon-rs.com.br

SESCAP - RONDÔNIA

Presidente: João Aramayo da Silva

End.: Rua Alexandre Guimarães, 1189 Bairro Areal - CEP: 78916-450 - Porto Velho/RO Tel.: (69) 3223-7577
sescap-ro@uol.com.br - www.sescap-ro.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91126-3

SESCON - RORAIMA

Presidente: Auxiliadora Oliveira de Araújo

End.: Rua Prof. Agnelo Bitencourt, 390, Galeria Ajuri, Sala 5, Centro - CEP: 69301-430 - Boa Vista/RR Tel.: (95) 3624-4588 - sesconrr@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - SANTA CATARINA

Presidente: Luiz Antonio Martello

End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410, 3º andar, Bloco B, Sls. 306/308 - CEP: 89201-906 - Joinville/SC Tel.: (47) 3433-9849 - sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br - Cód. Sindical: 002.365.02808-4

SESCON - SÃO PAULO

Presidente: José Maria Chapina Alcazar

End.: Av. Tiradentes, 960, Luz - CEP: 01102-000 São Paulo/SP - Tel.: (11) 3328-4900
sesconsp@sescon.org.br - www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCAP - SERGIPE

Presidente: José Cícicato Vieira Mello

End.: Rua Urquiza Leal, 15 A 1º Andar - Bairro Salgado Filho - CEP 49020-490 - Aracaju/SE - Tel.: (79) 3221-5058
sescapse@infonet.com.br - www.sescon-se.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

SESCON - SERRA GAÚCHA

Presidente: Marco Antonio Dal Pai

End.: Rua Itálo Víctor Bersani, 1.134, Jardim América CEP: 95050-520 - Caxias do Sul/RS - Tel.: (54) 3222-7831
executivo@sesconxs.com.br - www.sesconxs.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

SESCON - SUL FLUMINENSE

Presidente: Vera Lúcia Pires Nunes

End.: Av. 17 de Julho, 280, Lj. 02, Aterro, Ed. Minas Gerais - Volta Redonda/RJ - CEP: 27213-200 Tel.: (24) 3347-1298 - sesconsl@sesconsl.com.br
www.sesconsl@sesconsl.com.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

SESCAP - TOCANTINS

Presidente: Gilvane Ferreira da Silva

End.: Av. LO 03, Qd. 104 Sul, Lts. 01 a 10 Salas 262/263 - C. Comercial Wilson Vaz, Plano Diretor Sul, - Palmas/TO - CEP: 77020-028 Tel.: (63) 3215-2438 - sescapto@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

SESCON - TUPÁ

Presidente: Hamilton D. Ramos Fernandez

End.: Rua Carijós, 481, Centro - CEP: 17601-010 - Tupá/SP Tel.: (14) 3496-6820 - sescontupan@unisite.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90844-0

**Empresário de serviços, entre em contato com seu sindicato por e-mail.
É mais rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.**

VENHA SE ENCANTAR COM FOZ DO IGUAÇU



ÚLTIMAS
VAGAS!!

E PARTICIPE DO MAIOR EVENTO DO SETOR CONTÁBIL DO BRASIL

17 A 19 DE OUTUBRO DE 2007 - FOZ DO IGUAÇU
RAFAIN PALACE HOTEL & CONVENTION CENTER

CONSULE JÁ
OS PACOTES TURÍSTICOS
E FAÇA SUA INSCRIÇÃO
www.conescap.com.br

REALIZAÇÃO DO EVENTO E OUTRAS INFORMAÇÕES:
SESCAP-PR TEL-(41)3222-8183

PARA PARTICIPAR DA 12ª CONESCAP
12ª FENESS - FAIR DE NEGÓCIOS, ADQUIRIR
ESTUDOS OU PACOTES TURÍSTICOS:
ALVO EVENTOS TEL:(45)3025-2121

PARA APOIAR O EVENTO OU OBTER INFORMAÇÕES DE
MARKETING E COMUNICAÇÃO DA 12ª CONESCAP
VISUALART MARKETING TEL-(41)3392-1782



CONVENÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBILS E DAS EMPRESAS DE ASESORIA FISCO, PÉRS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS

BRASIL: A EVOLUÇÃO ATRAVÉS DOS SERVIÇOS!

PROMOÇÃO



REALIZAÇÃO



Chegou a ferramenta ideal para você ***dominar*** totalmente os cálculos para preenchimento do Imposto de Renda de Pessoas Físicas com total ***tranqüilidade***.

- Análise econômica e financeira dos valores da declaração e consistência do caixa.
- Agenda de entrevistas com horários por declarantes.
- Pendências com alertas para documentos importantes na hora da Análise do Caixa.
- Emissão de protocolos para a comprovação da entrega de documentos e cópia da declaração.
- Planilha de dados para a procedência de checagem prévia do cliente e efetivar alterações necessárias para exercício atual.
- Importação de fontes pagadoras, doações e pagamentos do exercício anterior.
- Faturamento e emissão de recibos de honorários.
- Impressão de DARF's em formulário contínuo com separação de cotas e taxa SELIC.
- Etiquetas de identificação do declarante.

E muito mais ...



**ADQUIRA
JÁ O SEU!!!**
Não perca essa
oportunidade.



Para maiores informações ligue:

0800 551037

REQUISITOS MÍNIMOS: PC com processador Pentium ou superior, Sistema operacional Windows 98 ou superior, 128 mb de memória, Configuração de vídeo SVGA com 16 milhões de cores com resolução mínima de 800 x 600, mouse, impressora Deskjet ou Laser.

**Prosoft**
Somando soluções para obter resultados.